

## Mantega e Meirelles falam sobre blindagem do Brasil

Análise do ministro da Fazenda, Guido Mantega, e do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, nesta terça-feira, dará elementos para relatório do senador Delcídio Amaral ao Orçamento de 2009. Crise domina debates.

páginas 2 e 3

esportes



Uma das maiores esperanças de medalha para o Brasil, Diego Hypólito ficou em sexto lugar em Pequim

### Congresso quer melhorar aplicação de recursos públicos no setor

páginas 8 e 9

### 27 milhões de eleitores voltam às urnas

O segundo turno das eleições municipais mobiliza mais de 27 milhões de eleitores, inclusive em 10 capitais e nos cinco maiores colégios eleitorais do país. A maior parte dos 60 candidatos na disputa vem de partidos da base do governo, mas o resultado mais aguardado é o de São Paulo, onde PT e DEM se enfrentam.

página 5

artigo 192

### Capital externo terá limite em banco nacional

página 11

— cidadania

### A ação das agulhas para tratar doenças

Reconhecida como especialidade médica no país em 1995, a acupuntura é uma técnica que busca o alívio de dores e até a cura de doenças. Saiba mais sobre a prática, que pode ser regulamentada pelo Congresso.

página 16

### Senado define regras para criar municípios

Senadores aprovaram projeto que regulamenta a criação de municípios, bloqueada desde 1996. Proposta, que já seguiu à Câmara, define critérios como limite populacional, viabilidade política, administrativa, ambiental e fiscal e plebiscito, para distritos candidatos à emancipação. 56 cidades correm o risco de voltar à condição de distritos.

página 4

nepotismo

### Garibaldi ordena pressa para demissões

página 13

e mais...

AGENDA

página 2

VOZ DO LEITOR

FRASES

PERGUNTE AO SENADOR

página 15



## plenário

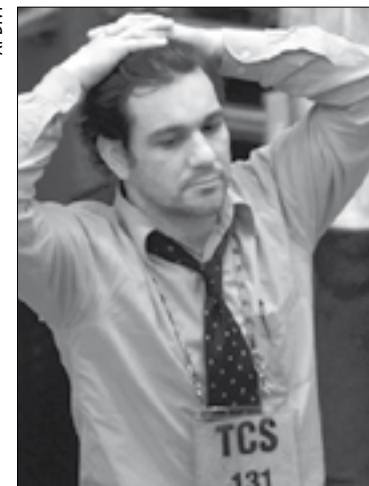
# Falta salvar a educação, diz Cristovam

Países se mobilizam para salvar bancos, mas não demonstram o mesmo zelo na hora de investir na educação, observa o senador

**A**mpliar investimentos em educação para formar recursos humanos em larga escala poderia viabilizar o aumento da produção de bens materiais e ajudar na preservação da natureza, afirmou o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) na última sexta-feira. Ele lamentou o “excesso de zelo” dedicado por governos de vários países a seus sistemas financeiros, em detrimento do setor educacional.

Cristovam mostrou-se indignado com o fato de as pessoas acharem natural os bancos centrais aplicarem trilhões de dólares para socorrer as instituições financeiras e demonstrarem grande preocupação com a origem ou fonte de financiamento de quantias bem menores a serem aplicadas em algum projeto de melhoria da educação pública.

– Todos dizem que não existe dinheiro para nada, mas na hora de salvar os bancos, os recursos aparecem. O que não dá para compreender é por que se faz dezenas de reuniões de cúpulas todos os dias para salvar o mundo de uma crise financeira, mas



O mundo inteiro se assusta com a crise financeira e investe trilhões de dólares para salvar bancos. Não há o mesmo empenho para “salvar os cérebros do planeta”, critica Cristovam Buarque

não se faz uma única para salvar os cérebros do planeta – disse.

O senador relatou sua participação no 13º Meeting Internacional em Lisboa, sobre Bionergia e Telecomunicações, promovido pelo comunicador João Dória Júnior. Ele parabenizou Portugal pelo importante aprimoramento de seu sistema educacional nos

últimos anos, que hoje permite acesso de crianças ao ensino de Inglês e a computadores ainda na primeira série do ensino fundamental.

## Ganância dos bancos e metáforas da crise

Cristovam criticou a ganância dos bancos e usou metáforas

para analisar a crise mundial, relacionando-a com o déficit educacional. Para ele, é preciso usar uma pá, uma bússola e um relógio. A pá serviria para “tapar o buraco na estrada” do desenvolvimento, com os trilhões de dólares injetados no mercado financeiro. Depois disso, a bússola indicaria a direção, ajudando o

mundo a passar para uma nova etapa, “no outro lado da estrada”. E por fim, o relógio marcaria o estágio de desenvolvimento. Ele cobrou o fim do analfabetismo no Brasil e pediu investimentos pesados em educação, ciência e tecnologia, para permitir à nova geração construir alternativas de desenvolvimento.

## Governistas destacam respostas à turbulência

Valdir Raupp (PMDB-RO) disse na terça-feira que o Brasil não ficará totalmente imune à crise global dos mercados financeiros, mas elogiou a atitude e as medidas adotadas pelo governo antes e durante as turbulências.

Raupp salientou que o Brasil não embarcou na onda da desregulamentação total do setor bancário, apesar das pressões. E os bancos brasileiros, muito em função da eficiente supervisão a que estão submetidos, não foram apanhados com uma massa de aplicações especulativas, ao contrário de instituições americanas e européias.

Ideli Salvatti (PT-SC) afirmou que os bancos, com a redução do compulsório, passaram a ter um volume maior de recursos disponíveis, mas, em vez de

emprestar o dinheiro, ou colocar esse recurso para circular na economia em forma de crédito, estão comprando títulos do Tesouro Nacional com rendimento de 14,75% ao ano, para aumentar a própria rentabilidade.

– Nós não podemos admitir esse procedimento.

A crise chega num momento em que os dados macroeconômicos apresentam um cenário positivo para o país, na avaliação de Eduardo Suplicy (PT-SP). Citando o Cadastro Geral

de Empregados e Desempregados, o senador informou que, desde janeiro de 2008, foram gerados mais de 2 milhões de empregos. Já o comércio varejista, acrescentou, teve crescimento nas vendas de 10,6% nos oito primeiros meses do ano, de acordo com o IBGE.

### Controle do governo teria tirado bancos das rotas especulativas

### Repercussões no plantio da próxima safra preocupam opositoristas

## Oposição quer garantir direitos de correntistas

Alvaro Dias (PSDB-PR) arrolou as emendas que a oposição pretende fazer na medida provisória (MP) encaminhada pelo governo ao Congresso Nacional com o intuito de tentar evitar, no Brasil, os efeitos da crise econômica. Segundo ele, são “emendas indispensáveis para garantir os interesses e os direitos dos correntistas das instituições financeiras”.

A contração do crédito e a alta na taxa de câmbio são, por enquanto, as consequências mais visíveis da crise e que já provocam a revisão dos planos de produção e a paralisação de diversos setores, conforme avaliação de Antonio Carlos Júnior (DEM-BA).

Antonio Carlos ressaltou na terça-feira que o plantio da próxima safra, iniciado em junho, também já foi afetado pela

restrição do crédito e pela expectativa de declínio da demanda e dos preços das commodities.

A situação do agronegócio preocupa também Gilberto Goellner (DEM-MT), que cobrou na quarta-feira medidas urgentes do governo federal para salvar os produtores rurais da crise financeira internacional. Ele disse que a escassez de crédito oficial, a elevação abrupta do dólar, que encarece insumos como fertilizantes e defensivos agrícolas, e a precária condição financeira dos produtores tornam imprevisível a próxima safra.

– Os produtores estão totalmente descapitalizados e não têm condições de adquirir novos insumos e nem de quitar as parcelas dos financiamentos.

## comissões

### Terça-feira

15h – ORÇAMENTO

**Obras irregulares** – Audiência pública com o diretor-geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte (Dnit), Luiz Antônio Pagot, sobre obras com indícios de irregularidades graves, constantes do relatório encaminhado pelo Tribunal de Contas da União à Comissão de Orçamento.

### Quarta-feira

10h – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

**Anistia policial** – O primeiro dos 24 itens em pauta é o projeto de De-

mostenes Torres (DEM-GO), que trata de audiências do Ministério Público. A comissão analisa, ainda, projeto que anistia policiais militares do Tocantins que participaram de movimento reivindicatório em 2001.

10h – ASSUNTOS ECONÔMICOS

**Crise** – A evolução da crise financeira internacional e seus possíveis impactos no Brasil devem ser debatidos com a presença do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, e do ministro da Fazenda, Guido Mantega.

10h – EDUCAÇÃO

**Período da prova** – Audiência

pública sobre projeto que trata do período para realização de exames vestibulares, concursos públicos, provas de disciplinas curriculares, com a participação do presidente da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, Amaro Henrique Pessoa Lins; do diretor da Confederação Israelita do Brasil (Conib), Luiz Sérgio Steinecke; do assessor jurídico da Secretaria de Educação Superior, Daniel Avelino; do presidente da Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (Anec), José Marioni; e do assessor jurídico da Igreja Adventista do Sétimo Dia, Alcides Coimbra.

## plenário

### Segunda-feira

14h – Sessão não-deliberativa

### Terça-feira

14h – Sessão Especial  
**Dia do Aviador** – Sessão especial para homenagear o Dia da Força Aérea Brasileira e o Dia do Aviador

14h – Sessão não-deliberativa

### Quarta-feira

14h – Sessão não-deliberativa

### Quinta-feira

14h – Sessão não-deliberativa

### Sexta-feira

9h – Sessão não-deliberativa

crise

## Delcídio deve propor reserva para aumentar o superávit

O senador Delcídio Amaral (PT-MS) entrega nesta terça-feira à Comissão Mista de Orçamento (CMO) parecer preliminar no qual propõe a criação de uma reserva especial na lei orçamentária de 2009, com recursos oriundos de cortes nas despesas de custeio previstos na proposta do Executivo.

O valor a ser alocado na nova rubrica só será definido, segundo Delcídio, no seu relatório final, e permitirá que o governo o utilize para aumentar o superávit primário, cuja meta para o próximo ano está projetada em 3,8% do produto interno bruto (PIB). Do total previsto para o custeio – R\$ 403,69 bilhões em 2009 –, muitas despesas são obrigatórias, como os benefícios previdenciários (R\$ 228,64 bilhões) e assistenciais (R\$ 29,98 bilhões). Portanto, Delcídio ainda precisa definir sobre qual montante irá cortar e se avançará sobre os investimentos, recursos que bancam as emendas coletivas.

A dificuldade é driblar as pressões políticas por aumento de gastos, motivo que levou o relator a adiar a apresentação do relatório preliminar, prevista para terça-feira passada. Naquele dia, reunião em clima tenso com os coordenadores das bancadas mostrou o esforço que Delcídio terá de fazer para manter inalterado em R\$ 8 milhões o valor global das emendas individuais ao Orçamento. Vários coordenadores pleitearam aumento para R\$ 10 milhões e até R\$ 12 milhões.

Os coordenadores argumentam que o governo bloqueia as emendas de bancada na fase

de execução do orçamento. Por essa razão, eles preferem assegurar os recursos para as suas bases nas emendas individuais. Levantamento realizado pelos consultores de Orçamento revela que 11 dos 27 estados não conseguiram liberar, em 2008, nenhuma de suas emendas de bancada.

No entanto, os próprios consultores lembram que as liberações ocorrem normalmente em novembro e dezembro. Em 2007, grande parte das bancadas foi atendida plenamente.

O parecer preliminar deve também atender a um antigo pleito dos parlamentares que não conseguem emplacar os

seus projetos por falta de adequação orçamentária. O relator propõe constituir reserva para garantir a execução de projetos do Legislativo que envolvam renúncias fiscais.

A medida resolveria situações como a que ocorreu com o projeto da senadora Patrícia Saboya (PSB-CE) que concede abatimento do Imposto de Renda para empresas que oferecerem a suas funcionárias mais dois meses de licença-maternidade. O benefício não foi ainda implantado e corre o risco de não ser em 2009, já que a renúncia de R\$ 340 milhões ficou fora do projeto orçamentário.

Também outra questão polêmica que o relator pretende alterar é a possibilidade de o governo federal alocar por decreto os recursos para o Fundo Soberano, de até R\$ 15 bilhões. Se esse dispositivo for mantido, o governo poderá, segundo Delcídio, legislar por decreto.

**Relator enfrenta pressão por mais recursos para emendas**

## Reajuste acima da inflação não está garantido a aposentado

O ministro da Previdência Social, José Pimentel, não quis se comprometer a dar reajustes acima da inflação aos aposentados do INSS que ganham mais que um salário mínimo. Em visita ao Congresso, ele ponderou que “o Legislativo sempre agiu com responsabilidade” e que “não será diferente desta vez”. Os senadores já aprovaram projeto, sob exame dos deputados (PL 01/07), que dá aos aposentados os mesmos reajustes concedidos ao salário mínimo (inflação mais um percentual igual ao crescimento da economia de dois anos antes).

– A Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009 diz que os aposentados e pensionistas que ganham mais que o salário mínimo receberão a

inflação passada. O Congresso sabe muito bem quanto custa conceder mais que isso – disse Pimentel.

Questionado se concordava ou não com o PL 01/07, que dá reajustes idênticos para o salário mínimo e os aposentados, Pimentel afirmou que cerca de 17 milhões de aposentados e pensionistas do INSS já são beneficiados com aumentos superiores à inflação, pois recebem um salário mínimo.

– Para esses 17 milhões, está garantido o aumento de 12% contido na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Para os outros 8,7 milhões aposentados do INSS, a LDO prevê um reajuste de 6,22%. Mais que isso, só o Congresso Nacional pode decidir.



Delcídio Amaral (E) disse quinta-feira a Henrique Meirelles que está disposto a fazer ajustes no projeto orçamentário

# Meirelles e Mantega debatem crise financeira

Audiência, na quarta-feira, será realizada na CAE. Senadores devem cobrar explicações sobre “demora” do governo em garantir oferta de crédito

Mesmo sem sessões deliberativas nesta semana e ameaça de quórum baixo, o Senado deve promover na quarta-feira o primeiro debate com autoridades do Poder Executivo sobre a crise financeira internacional, desde o seu agravamento em setembro passado. O ministro da Fazenda, Guido Mantega, e o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, devem comparecer nesse dia à Comissão de Assuntos Econômicos, a partir das 10h, em atendimento a requerimento formulado pelos senadores Aloizio Mercadante (PT-SP), que preside o colegiado, Pedro Simon (PMDB-RS) e João Tenório (PSDB-AL).

A expectativa é de que os opositoristas, segundo integrantes da comissão, cobrem do governo pela “demora” em adotar medidas para assegurar a liquidez do mercado e evitar o aperto no crédito, principalmente aos exportadores. Também devem questionar o atraso na liberação do compulsório para ajudar os bancos de menor porte e apresentar alternativas para empresas que apostaram na apreciação do real e amargam prejuízos, como o grupo Votorantim (R\$ 2,2 bilhões), Aracruz (R\$ 1,95 bilhão) e Sadia (R\$ 760 milhões).

Outra questão importante é a possibilidade de o Banco Central manter a taxa de juros na próxima reunião do Copom. Aloizio Mercadante disse ao **Jornal do Senado** que considera inadequada qualquer elevação, especialmente no momento em que bancos centrais dos Estados Unidos e da Europa, em uma ação coordenada, baixaram as taxas praticadas naqueles países para enfrentar a crise. Outra preocupação importante

é quanto ao cenário da economia para 2009. O relator do Orçamento, Delcídio Amaral (PT-MS), disse que deve haver questionamentos sobre comportamento econômico, inflação e dólar. A proposta orçamentária elaborada pelo Poder Executivo projetou evolução real de 4,5% do produto interno bruto (PIB) para o próximo ano, inflação de 4,5% e taxa de câmbio média de R\$ 1,71.

O governo deve refazer essas previsões e encaminhá-las ao Congresso Nacional até 21 de novembro. Algumas projeções indicam que a área econômica está esperando crescimento econômico entre 3,5% e 4% para 2009, reposicionamento do câmbio médio em torno dos R\$ 2,00 e aumento da inflação. Embora sem confirmar tais previsões, o relator do Orçamento está afinando o seu trabalho na relatoria com a austeridade fiscal que deve marcar o Orçamento de 2009.

### Ajustes

Na última quinta-feira, o senador foi ao Banco Central para avisar Henrique Meirelles dos ajustes que está disposto a fazer no projeto orçamentário, como cortes de 20% nas verbas de custeio da máquina federal para constituir reserva especial – que permitirá ao governo aumentar o superávit primário (economia para pagar juros e encargos da dívida federal) – e adequação de eventual contenção nos gastos com pessoal. O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, já declarou que algumas despesas poderão ser postergadas, como

aumentos salariais de servidores e a realização de concursos públicos.

Delcídio informou que vem conversando com Meirelles sobre a crise financeira internacional e a expectativa de especialistas de que a turbulência dure de oito a 18 meses. A previsão é de menor crescimento nos próximos anos, apesar das vantagens das economias emergentes, como o Brasil, em relação aos países ricos.

### Diálogo

Na semana passada, Aloizio Mercadante chamou a atenção para as condições do Brasil em comparação com as dos países que compõem o chamado Bric (Brasil, Rússia, Índia e China), destacando a consolidação da democracia brasileira.

Mercadante também pregou a necessidade de diálogo construtivo com a oposição para preparar o país para sair na frente no novo ciclo econômico que virá após a crise. Ele lembrou que, na crise de 1929, quando as bolsas de valores de todo o mundo entraram em colapso e o preço do café desabou, o governo brasileiro encontrou saída criativa ao decidir substituir as importações e dar partida na industrialização do país.

Durante o debate, o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), criticou a atitude “contemplativa” do governo diante da crise. Mas sinalizou que a oposição aceita dialogar com o Executivo para se engajar no esforço proposto por Mercadante, dando o tom aguardado no debate na Comissão de Assuntos Econômicos.

**Previsões de crescimento, inflação e câmbio devem ser revistas**

brasil



GERALDO MAGELA

Durante a votação, José Nery (em pé) e Flexa Ribeiro recebem esclarecimentos do relator do projeto, Tasso Jereissati (D)

## Aprovadas normas para criação de municípios

O projeto que define regras para criação, incorporação, fusão, desmembramento e instalação de municípios (PLS 98/02) foi aprovado pelo Senado. O relatório do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) convalida os municípios criados e instalados entre 13 de setembro de 1996 – data da promulgação da Emenda Constitucional (EC) 15 – e 31 de dezembro do ano passado. A EC 15 determina que lei complementar federal deve definir o período para criação de municípios. O projeto de lei segue para votação na Câmara.

O texto estabelece que a criação de cidades depende de estudo de viabilidade e de plebiscito abrangendo as populações envolvidas. As mudanças terão de

ocorrer após a posse dos prefeitos e vereadores e antes do último dia do ano anterior às eleições municipais.

O requerimento de criação deverá ser dirigido à assembléia legislativa e subscrito por, no mínimo, 10% dos eleitores residentes da área que pretenda se emancipar. Caberá à assembléia encomendar e homologar o estudo de viabilidade e autorizar o plebiscito, que deve ocorrer em conjunto com as eleições federais e estaduais. Rejeitado o plebiscito, outro não poderá ser realizado em um período de dez anos.

O estudo deverá comprovar que a área da nova localidade tem população igual ou superior a 5 mil habitantes, nas regiões Norte e Centro-Oeste; 7 mil habitantes, no Nordeste; e 10 mil habitantes

no Sul e Sudeste. Outra condição é que haja um número mínimo de imóveis no aglomerado urbano que sediará o novo município e que a área urbana não fica em reserva indígena, de preservação ambiental ou da União.

A viabilidade econômica e financeira do novo município precisará ser comprovada, com estimativa de arrecadação e de despesas, assim como a viabilidade administrativa para o Executivo e o Legislativo e a viabilidade socioambiental e urbana, relatando as redes de abastecimento de água e esgoto e identificando áreas protegidas ou de destinação específica, como áreas indígenas, quilombolas ou militar.

O projeto ressalva, inclusive, que não será permitida a criação de município se a medida resultar, para o município pré-existente, na perda dos requisitos estabelecidos para o surgimento da nova localidade.

## Emenda à Constituição barrou "ferra" em 1996

O projeto que regulamenta a Emenda Constitucional 15 recebeu aprovação por 46 votos a favor e 2 contrários. Foi acolhida também emenda dos senadores Valter Pereira (PMDB-MS) e Marisa Serrano (PSDB-MS) que convalida os plebiscitos já aprovados para criação de municípios no prazo estabelecido.

Durante a discussão da matéria, o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) tentou diminuir o número mínimo de habitantes necessários para a instituição

de novas cidades na região Sul, no estudo de viabilidade, de 10 mil para 5 mil ou, pelo menos, 7 mil. Zambiasi informou que 361 dos 496 municípios gaúchos têm menos de 10 mil habitantes.

A EC 15 – que estabelece normas mais rígidas para a criação de municípios – foi aprovada pelo Congresso Nacional em 1996, ao fim de um período que ficou caracterizado pelo grande aumento no número de cidades, muitas delas com populações pequenas. Em 1980, o

Brasil tinha 3.974 municípios e, 20 anos depois, o número havia subido para 5.507.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 1.405 municípios instalados de 1984 a 1997, 1.329 (94,5%) tinham menos de 20 mil habitantes e 735 eram habitados por menos de 5 mil pessoas. Hoje, 74,8% das cidades brasileiras têm menos de 20 mil habitantes. De cada quatro municípios, um tem menos de 5 mil moradores (25,6%).

## Levantamento mostra que 806 distritos já querem se emancipar

Assim que o Congresso regulamentar a Emenda Constitucional 15, centenas de distritos poderão se transformar em pouco tempo em novos municípios. Levantamento da Confederação Nacional de Municípios (CNM) revela que existem 806 pedidos de emancipação nas assembléias estaduais aguardando a nova legislação.

Caso todos os pedidos sejam aprovados, o país passará a ter 6.370 municípios e pelo menos mais 7.254 vereadores – o Brasil tem hoje 5.564 municípios, com 52.137 vereadores.

O argumento para a criação de uma cidade geralmente é financeiro, para contar com repasses estaduais e federais. O Fundo de Participação dos Municípios (FPM), gerido pelo governo federal, distribui recursos com origem na arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados.

Instituições como a CNM e o Instituto Brasileiro de Adminis-

tração Municipal (Ibama) entendem que a transformação de um distrito em município leva ao desenvolvimento e à melhoria na qualidade de vida dos seus moradores.

Em 2001, no entanto, os economistas Gustavo Maia Gomes e Cristina Mac Dowell, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

### Iniciativa dá acesso a recursos estaduais e federais

(Ipea), apresentaram as conclusões de uma pesquisa em que contestam a idéia de que a divisão municipal só traz benefícios.

Segundo os pesquisadores, foram criados nas últimas

décadas principalmente municípios de até 5 mil habitantes. Isso significou aumento da transferência de receitas tributárias de municípios grandes para os pequenos, com provável desestímulo à atividade econômica nos grandes, sem estímulo nos pequenos. Eles concluíram ainda que as cidades com menos de 5 mil habitantes recebem mais recursos *per capita* que as outras.

## Decisão do Senado pode beneficiar 56 cidades

A aprovação do projeto que regulamenta a criação de municípios no país (PLS 98/02) pode evitar que 56 cidades, que já têm prefeitos e vereadores eleitos, deixem de existir nos próximos meses. Elas estavam em processo de criação quando o Congresso aprovou a Emenda Constitucional 15, de 1996, que passou a exigir regulamentação federal e não mais regulamentação por lei estadual para conclusão do processo.

No geral, a maior parte dos 56 municípios já conta com instituições consolidadas e recebe regularmente cotas do Fundo de Participação dos

Municípios (FPM).

O Supremo Tribunal Federal (STF) evitou dar decisões de mérito em relação ao assunto, à espera da lei do Congresso. Entretanto, em maio do ano passado, o STF pediu ao Congresso que votasse a regulamentação, chegando a sugerir o prazo de 18 meses como suficiente para uma decisão. Esse prazo termina no mês que vem e, sem a lei, os municípios podem ser extintos em um ano, voltando à antiga situação de distritos.

Dos 56 municípios, o mais conhecido é Luís Eduardo Magalhães, na Bahia, importante pólo agrícola.

## Quem depende da regulamentação federal

Rio Grande do Sul (29)	Aceguá, Almirante Tamandaré do Sul, Arroio do Padre, Boa Vista do Cadeado, Boa Vista do Incra, Bozano, Canudos do Vale, Capão Bonito do Sul, Capão do Cipó, Coqueiro de Baixo, Coronel Pilar, Cruzaltense, Forquetinha, Itati, Jacuizinho, Lagoa Bonita do Sul, Mato Queimado, Novo Xingu, Paulo Bento, Pedras Altas, Pinhal da Serra, Quatro Irmãos, Rolador, Santa Cecília do Sul, Santa Margarida do Sul, São José do Sul, São Pedro das Missões, Tio Hugo, Westfália.
Mato Grosso (15)	Bom Jesus do Araguaia, Colniza, Conquista d'Oeste, Curvelândia, Nova Nazaré, Nova Santa Helena, Novo Santo Antônio, Rondolândia, Santa Cruz do Xingu, Santa Rita do Trivelato, Santo Antônio do Leste, Serra Nova Dourada, Vale de São Domingos, Itanhanga, Ipiranga do Norte.
Goiás (4)	Campo Limpo de Goiás, Gameleira de Goiás, Ipiranga de Goiás, Lagoa Santa
Piauí (2)	Pau d'Arco do Piauí, Aroeiras do Itaim
Bahia (2)	Barrocas, Luís Eduardo Magalhães
Rio de Janeiro (1)	Mesquita
Rio Grande do Norte (1)	Jundiá
Mato Grosso do Sul (1)	Figueirão
Espírito Santo (1)	Governador Lindenberg

# eleições



Marta Suplicy, apoiada pelo presidente Lula, e Gilberto Kassab, com apoio do governador José Serra, protagonizam a disputa pela prefeitura de São Paulo, no maior embate entre governo e oposição

## Mais de 27 milhões voltam às urnas no segundo turno

Partidos da base de apoio ao governo têm 46 candidatos em 30 cidades na disputa de domingo

Neste domingo, 26 de outubro, 27.202.234 eleitores voltam às urnas em 15 estados para escolher prefeitos em 30 cidades com mais de 200 mil eleitores no segundo turno. O número inclui 11 capitais, entre elas os cinco maiores colégios eleitorais do país: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador e Porto Alegre.

O maior confronto entre governo e oposição ocorre em São Paulo, onde o prefeito Gilberto Kassab, do DEM, busca a reeleição contra a ex-prefeita da cidade, Marta Suplicy, do PT. No Rio, Fernando Gabeira, apesar de ser do governista PV, tem o apoio dos partidos de oposição contra o candidato Eduardo Paes, do PMDB.

Os partidos da base de apoio

ao governo têm a maior parte dos candidatos no segundo turno: 46. Em várias cidades, eles disputam a prefeitura entre si. PT e PMDB, por exemplo, estão em lados opostos em Salvador e Porto Alegre.

O PT é o partido que disputa as eleições no maior número de cidades com segundo turno. Na metade das 30 cidades haverá um candidato do partido, incluindo São Paulo, Belo Horizonte, Salvador e Porto Alegre.

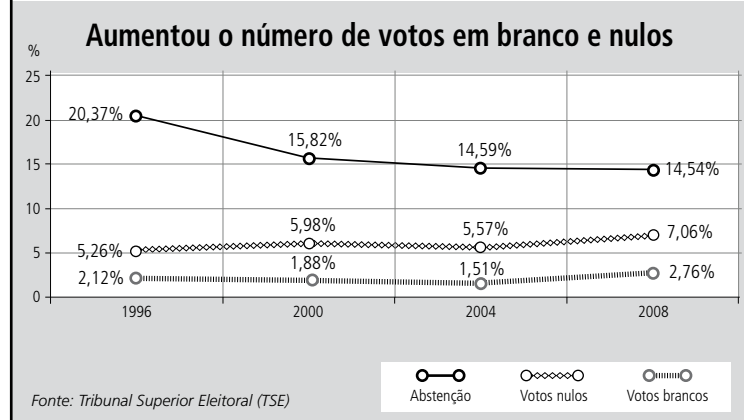
O PMDB, que já elegeu quase 1.200 prefeitos no dia 5 de outubro, vem em seguida, com candidatos em 12 cidades. Entre as cinco maiores cidades, o partido só não tem candidato na disputa em São Paulo. O PSDB tem dez candidatos no segundo turno, incluindo São Luís e Cuiabá.

### As 30 cidades onde haverá segundo turno

UF	Município	Candidato	Partido	Votação	% dos votos
AM	Manaus	Amazonino Mendes	PTB	402.717	46,2%
		Serafim Corrêa	PSB	200.423	23,0%
AP	Macapá	Carlos Capiberibe	PSB	59.864	33,1%
		Roberto Góes	PDT	48.020	26,5%
BA	Salvador	João Henrique	PMDB	402.684	31,0%
		Walter Pinheiro	PT	390.933	30,1%
ES	Vila Velha	Neucimar Fraga	PR	69.202	32,8%
		Hércules Silveira	PMDB	65.931	31,3%
GO	Anápolis	Antonio Gomide	PT	72.513	42,8%
		Onaide Santillo	PMDB	34.737	20,5%
MA	São Luís	João Castelo	PSDB	210.629	43,1%
		Flávio Dino	PC do B	167.436	34,3%
MG	Belo Horizonte	Márcio Lacerda	PSB	549.131	43,6%
		Leonardo Quintão	PMDB	519.787	41,3%
	Contagem	Marília Campos	PT	132.154	43,9%
		Ademir Lucas	PSDB	112.630	37,4%
	Juiz de Fora	Margarida Martins	PT	114.980	40,8%
		Custódio Mattos	PSDB	79.520	28,2%
Montes Claros	Luis Tadeu Leite	PMDB	83.550	46,4%	
	Athos Avelino	PPS	58.087	32,3%	
MT	Cuiabá	Wilson Santos	PSDB	141.327	47,9%
		Mauro Mendes	PR	78.415	26,6%
PA	Belém	Duciomar Costa	PTB	255.525	35,2%
		José Priante	PMDB	138.379	19,0%
PB	Campina Grande	Veneziano Vital do Rego	PMDB	106.844	48,9%
		Rômulo Gouveia	PSDB	104.449	47,8%
PR	Londrina	Antonio Belinati	PP	98.432	36,4%
		Luiz Carlos Haully	PSDB	63.891	23,6%
	Ponta Grossa	Wosgrau	PSDB	67.791	39,4%
Sandro Alex		PPS	48.982	28,5%	
RJ	Campos dos Goytacazes	Rosinha Mateus	PMDB	118.245	45,8%
		Arnaldo França Vianna	PDT	108.210	41,9%
	Petrópolis	Paulo Mustrangi	PT	69.644	41,1%
		Ronaldo Medeiros	PSB	52.986	31,3%
	Rio de Janeiro	Eduardo Paes	PMDB	1.049.019	32,0%
Fernando Gabeira		PV	839.994	25,6%	
RS	Canoas	Jairo Jorge	PT	84.268	46,5%
		Jurandir Maciel	PTB	67.867	37,5%
	Pelotas	Fernando Marroni	PT	65.109	33,7%
		Fetter Junior	PP	64.444	33,4%
Porto Alegre	José Fogaça	PMDB	346.427	43,9%	
SC	Florianópolis	Dário Berger	PMDB	94.077	39,8%
		Esperidião Amin	PP	59.858	25,3%
	Joinville	Carlito Merss	PT	106.164	37,1%
		Darci de Matos	DEM	68.499	24,0%
SP	Bauru	Caio Coube	PSDB	71.920	40,4%
		Rodrigo Agostinho	PMDB	57.431	32,3%
	Guarulhos	Sebastião Almeida	PT	268.211	47,2%
		Carlos Roberto de Campos	PSDB	134.677	23,7%
	Mauá	Oswaldo Dias	PT	104.037	48,2%
		Chiquinho do Zaira	PSB	58.761	27,2%
	Santo André	Vanderlei Siraque	PT	182.387	48,9%
		Aídan Ravin	PTB	81.163	21,8%
	São Bernardo do Campo	Luiz Marinho	PT	194.966	48,3%
		Orlando Morando	PSDB	151.653	37,5%
	São José do Rio Preto	Valdomiro Junior	PSB	85.752	40,0%
		João Paulo Rillo	PT	61.943	28,9%
São Paulo	Gilberto Kassab	DEM	2.140.423	33,6%	
	Marta Suplicy	PT	2.088.329	32,8%	

### Abstenção foi a menor dos últimos 12 anos

Além do número recorde de eleitores aptos a votar (quase 129 milhões), as eleições do dia 5 registraram o menor índice de abstenção dos últimos 12 anos. Porém, o número de votos em branco quase dobrou, se comparado à eleição de 2004. Houve aumento também nos votos nulos. No segundo turno, de acordo com as eleições anteriores, a tendência é que a abstenção aumente, mas, em compensação, o número de votos nulos tende a cair.



## decisões

# Ação pública obrigatória em abusos contra menor

Projeto aprovado pela CCJ prevê ação penal pública – sob responsabilidade do Estado – nos casos de rapto, sedução e corrupção de menores de 18 anos

Os crimes de sedução, rapto e corrupção de menores de 18 anos poderão se tornar passíveis de ação penal pública nos casos em que cometidos com grave ameaça ou violência. É o que estabelece projeto (PLS 491/03) da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) na última quarta-feira. A proposta segue para a Câmara.

– O promotor passa a ter obrigação de agir – diz o relator, Demostenes Torres (DEM-GO), lembrando que quando a ação penal é pública, o Estado é o responsável por ela. Ele explicou que o Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40) determina que crimes contra a liberdade sexual, de sedução, corrupção de menores e rapto



Para a senadora Patrícia Saboya, a legislação atual favorece um "pacto de silêncio", por medo da vítima, nos casos de abuso sexual contra menores

tenham processo por ação penal privada, de iniciativa da própria vítima ou de seu representante legal. A exceção ocorre quando a vítima ou seus pais não puderem pagar as despesas do processo ou

quando o crime é praticado pelos responsáveis ou resultar em lesão corporal grave ou morte. Para Patrícia Saboya, isso pode gerar um "pacto de silêncio instituído pelo temor da vítima a seu agressor".

## Réu poderá ser convocado pela internet

O edital de convocação de réu ou interessado em processo judicial poderá ser divulgado também pela internet, estabelece projeto (PLS 207/05) aprovado pela CCJ na quarta-feira. Do senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), a proposta vai à Câmara. Além de ser divulgada no site do tribunal que julga o processo, a citação seria publicada no diário oficial do tribunal e em jornal local, como é hoje.

O texto ainda reduz de 15 para 10 dias o prazo para publicação do edital, e de 60 dias para entre 10 e 30 dias o prazo para resposta do citado.

## Projeto obriga cyber cafés a cadastrar usuário

Os estabelecimentos comerciais de locação de computadores para uso da internet, conhecidos como cyber cafés e *lan houses*, poderão ser obrigados a manter cadastro com nome e identidade de seus usuários, conforme determina projeto (PLS 296/08) do senador Gerson Camata (PMDB-ES) aprovado pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), onde teve relatório do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG). A proposta ainda será examinada em decisão terminativa pela CCJ.

## Jucá quer tarifa mais barata para acesso a internet

Morador de cidade onde não há provedor de internet poderá pagar tarifa local para chamada interurbana destinada à conexão. A iniciativa (PLS 317/05), aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), é do senador Romero Jucá (PMDB-RR) e teve relatório do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Segundo Jucá, o projeto promove a inclusão digital nas pequenas cidades, "onde o acesso à internet é ainda muito oneroso". O texto vai à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), onde terá decisão terminativa.

## Comissão aprova limite da OMS para campos eletromagnéticos

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou na terça-feira passada projeto que impõe limites à exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos associados ao funcionamento de torres de radiocomunicação, terminais de usuários e sistemas de energia elétrica. A proposta, do deputado Fernando Gabeira (PV-RJ), teve como relator o senador Marconi Perillo (PSDB-

GO), que explicou que o objetivo é proteger a saúde e o meio ambiente.

– O projeto estabelece critérios ambientalmente seguros e determina como o poder público fiscalizará sua implementação – disse o senador, lembrando que o texto segue os limites da Organização Mundial da Saúde (OMS) para exposição ocupacional e da população em geral.

O projeto segue para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

## CCJ rejeita texto da Câmara e mantém proibição para o DDT

A CCJ rejeitou na última quarta-feira o substitutivo da Câmara que propõe flexibilizar o uso do composto químico denominado DDT (diclorodifluorodietilpentaclorodietano). Os senadores acompanharam o relator, senador Osmar Dias (PDT-PR), e mantiveram o projeto do senador Tião Viana (PT-AC), que proíbe a fabricação, importação, exportação, comercialização e uso do DDT.

Pesticida utilizado no comba-

te de mosquitos transmissores de doenças, o DDT pode provocar câncer e contaminação no meio ambiente. A decisão de rejeitar o substitutivo será submetida ao Plenário do Senado.

Conforme o relator, o texto da Câmara altera o PLS 416/99 para permitir o uso do DDT. Segundo Osmar Dias, a flexibilização no uso do DDT poderia levar à contaminação do meio ambiente e colocar em risco a saúde da população.

### SECA NA AMAZÔNIA

Projeto do senador Mário Couto (PSDB-PA) que institui a Política de Redução dos Efeitos da Seca na Amazônia foi aprovado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) na última terça-feira. A proposta (PLS 100/07), que busca minimizar os efeitos da seca, com a prevenção, preparação para emergência e a pronta reabilitação da área afetada, teve parecer do senador Expedito Júnior (PR-RO). O projeto segue para a Comissão de Justiça.

### AVES E SUÍNOS

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou na última quarta-feira requerimento do senador Neuto de Conto (PMDB-SC) para realização de audiência pública para analisar a cadeia produtiva de aves e suínos no país. A reunião foi marcada para o dia 29 de outubro. Segundo Neuto de Conto, que preside a CRA, a audiência vem em boa hora, já que a indústria de ração vive um momento de crise.

## ambiente legal

### Mar pode subir um metro neste século

Cientistas alemães afirmaram que o nível do mar subirá cerca de um metro neste século em decorrência do aquecimento global e das mudanças climáticas. O diretor do Instituto de Pesquisa do Clima de Potsdam, Hans Joachim Schellnhuber, e o meteorologista Jochem Marotzke apresentaram um novo estudo revisando o relatório

mundial do clima, do ano passado, que previa uma elevação entre 18cm e 59cm até o final do século.

Na opinião dos cientistas, será impossível limitar o aquecimento global da Terra a 2°C, em média, como se espera agora, caso não sejam realizados "grandes esforços".

### Lavar as mãos evita doenças e salva vidas

Lavar as mãos com sabão antes de comer ou após ir ao banheiro reduziria à metade o número de mortes de crianças por diarreia, segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), que celebrou na quarta-feira a primeira edição do Dia Mundial de Lavagem das Mãos. O Unicef afirma que 5 mil crianças com menos de cinco

anos morrem por dia – 1,7 milhão por ano – vitimadas por doenças diarreicas perfeitamente evitáveis. Lavar as mãos com sabão também reduziria em 23% a incidência de infecções respiratórias, inclusive pneumonia, a primeira causa de morte de pessoas com menos de cinco anos e que mata a cada ano 1,8 milhão de crianças.

### Painel solar pela metade do preço

Uma empresa da Califórnia lançou um novo tipo de painel solar que deverá custar apenas a metade dos painéis tradicionais. A Solyndra é uma de várias empresas que estão utilizando materiais diferentes para criar as células fotovoltaicas, construindo-as em camadas ultrafinas, com a combinação CIGS (cobre, índio, gálio e selênio), até agora o tipo de material mais eficaz.

### Carro elétrico mais acessível

Engenheiros alemães estimam que, em pouco tempo, o custo de conversão de um veículo movido a combustível líquido (álcool, gasolina ou diesel) para híbrido elétrico não será maior do que o custo de um opcional, como bancos de couro, por exemplo. Engenheiros do Instituto Fraunhofer estão testando como principais

componentes adicionados na conversão dois motores elétricos, instalados no centro do eixo traseiro, cada qual ficando responsável pelo acionamento de uma roda. Com isso, não será preciso mexer no sistema de tração dianteira, tradicionalmente utilizado nos carros de passeio.

## decisões

### Projeto ajuda aproximação entre Ministério Público e sociedade

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou na última quarta-feira proposta do senador Demostenes Torres (DEM-GO) que obriga o Ministério Público a promover audiências públicas nas respectivas comarcas pelo menos uma vez ao ano, precedidas de ampla divulgação.

O objetivo do projeto (PLS 217/08) é estreitar os laços entre o Ministério Público e a sociedade civil, que a instituição representa. A proposta retorna à pauta da CCJ semana que vem para a votação do substitutivo, elaborado por Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), em turno suplementar.

Os membros da CCJ aprovaram também o parecer do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) a projeto de lei (PLS 16/05) da então se-

nadora Benedita da Silva (RJ), tornando obrigatória a menção da cor da pessoa na certidão de nascimento. A Lei de Registros Públicos (Lei 6.216/75) suprimiu essa obrigatoriedade.

#### Objetivo é quantificar negros na população

Na justificativa, Benedita observa que a menção da cor ajuda a quantificar e especificar a população negra do país.

O projeto, que segue para votação do Plenário, determina que a cor da pessoa deverá constar ainda das fichas de registro escolar, nos prontuários dos hospitais, postos de atendimento e estabelecimentos médicos, nas perícias dos institutos médico-legais e nos registros policiais.

### CCJ aprova indenização a vítima de *overbooking*

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou semana passada projeto que garante indenização, correspondente ao valor do bilhete, ao passageiro vítima de *overbooking* (venda de passagens acima do número de assentos), de cancelamento de voo ou de atraso superior a duas horas.

A empresa aérea pagará a indenização em dinheiro ou na forma de crédito. O projeto (PLS 114/04), de Serys Slhessarenko (PT-MT) e relatado por Expedito Júnior (PR-RO), precisa ainda ser examinado pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

### Multa antiga de carro deverá ser paga por ex-dono

A proibição de cobrança de multas ao novo proprietário de veículo depois de concretizada a transferência, desde que esses débitos sejam de responsabilidade do ex-proprietário, foi aprovada pela CCJ. A matéria (PLC 116/07), relatada por Osmar Dias (PDT-PR), vai agora ao Plenário.

Na mesma reunião foram concedidas vistas ao substitutivo apresentado à PEC 87/07, que prevê a transferência, por lei específica, de recursos do Fundo de Combate e Erradicação à Pobreza para o desempenho de ações sociais civis pelas Forças Armadas.

# Preço à vista poderá ser mais baixo que no cartão

Três propostas acolhidas na semana passada pela CMA, em decisão terminativa, aumentam a proteção aos direitos do consumidor

A fixação de preços diferenciados para pagamento à vista ou com cartão de crédito passa a ser permitida de acordo com projeto aprovado em decisão terminativa pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

O autor da proposta (PLS 213/07), Adelmir Santana (DEM-DF), argumenta que o consumidor que paga à vista acaba subsidiando os custos de quem paga com cartão. O relator, Renato Casagrande (PSB-ES), explica que a proposição favorece ainda os pequenos comerciantes porque permite a diminuição de custos na venda a dinheiro.

A CMA acolheu mais dois projetos de lei que ampliam direitos do consumidor. Um deles (PLS 542/07) garante atendimento



Quintanilha (E), Adelmir e Marisa Serrano em reunião da CMA que aprovou proposta para melhorar serviços de atendimento ao consumidor

rápido e personalizado, por profissional habilitado, nos serviços de atendimento ao consumidor (SACs) ou centrais de atendimento telefônico (*call centers*). A proposta, de Marcelo Crivella (PRB-RJ), teve como relator Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

A outra proposta (PLS 338/05), de Pedro Simon (PMDB-RS), considera "prática abusiva das empresas", punível pelo Código de Defesa do Consumidor, o oferecimento, sem solicitação, de produto, serviço ou disponibilidade de crédito.

## Dois mínimos para quem completar 100 anos

As pessoas que completarem 100 anos e não possuírem meios de prover sua subsistência poderão ter direito de receber benefício no valor de dois salários mínimos mensais. Essa determinação é prevista em projeto do senador Paulo Paim (PT-RS) aprovado pela Comissão de Direitos Humanos.

A proposta (PLS 672/07), votada em caráter terminativo, poderá beneficiar uma parcela

da população que em 2007 era formada por 11.422 pessoas, de acordo com pesquisa do IBGE.

A CDH também acolheu, em decisão terminativa, projeto (PLS 417/07) de Marcelo Crivella (PRB-RJ) que obriga entidades públicas e privadas que atuam nas áreas de informação, cultura, lazer, esporte, diversão, espetáculos e produtos e serviços voltados à criança e ao adolescente a terem em seus

quadros pessoal capacitado para reconhecer e reportar maus-tratos aos menores.

Foi aprovado, conclusivamente, projeto (PLS 38/08) de Demostenes Torres (DEM-GO) que estabelece a perda de valores e bens utilizados em crime de prática e exploração de prostituição de crianças e adolescentes, além da já prevista privação da liberdade. A proposição foi relatada por Magno Malta (PR-ES).

## projetos aprovados

De 6 a 10 de setembro

➔ PLS 207/05, do senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC). Determina que o edital de convocação de réu ou interessado em processo judicial poderá ser divulgado pela internet. Aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), vai à sanção presidencial.

➔ PLS 491/03, da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE). Determina que se realize por ação penal pública o processo para julgar crimes de sedução, corrupção de menores e rapto, nos casos em que a vítima for menor de 18 anos e o crime cometido sob grave ameaça ou violência. Aprovado na CCJ, vai à sanção presidencial.

➔ PLS 672/07, do senador Paulo Paim (PT-RS). Estabelece que quem completar 100 anos e não possuir meios de prover sua subsistência terá direito de receber benefício no valor de dois salários mínimos mensais. Aprovado na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), vai à sanção presidencial.

➔ PLS 50/05, do senador Cristovam Buarque (PDT-DF). Institui a Agência Nacional de Proteção à Criança e ao Adolescente. Esse órgão, que ficará vinculado à Presidência da

República, será responsável pela formulação e pela execução de políticas públicas de proteção aos menores. Aprovado na CDH, vai à sanção presidencial.

➔ PLS 500/07, do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN). Estabelece que os órgãos da administração pública poderão passar a contar com um cadastro de pessoas físicas e jurídicas suspensas ou declaradas inidôneas para participar de licitações e firmar contratos com o poder público. Aprovado pela CCJ, vai à Câmara dos Deputados.

➔ PLC 90/06, da Câmara dos Deputados, de autoria da deputada Sandra Rosado (PSB-RN). Obriga os cartórios de registros públicos a afixarem, em locais de fácil leitura e acesso público, quadros contendo os valores atualizados das custas e emolumentos, inclusive no que tange à informação da gratuidade de fornecimento das certidões para as pessoas reconhecidamente pobres. Aprovado no Plenário, vai à sanção presidencial.

➔ PLS 213/07, do senador Adelmir Santana (DEM-DF). Permite a fixação de preços

diferenciados para pagamentos de bens e serviços, com cartão de crédito ou à vista, em dinheiro. Aprovado na Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), vai à Câmara dos Deputados.

➔ PLS 542/07, do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ). Altera o Código de Defesa do Consumidor garantindo atendimento rápido e personalizado, por profissional habilitado, a todos os consumidores de produtos ou serviços, para encaminhamento de providências ou cancelamento do fornecimento. O cancelamento de contrato, pela proposta, não poderá exceder 48 horas a contar da solicitação. Aprovado na CMA, vai à Câmara dos Deputados.

➔ PLS 24/08, do senador Alvaro Dias (PSDB-PR). Responsabiliza os donos ou concessionários de represas pelo estímulo ao aumento das populações de peixes em suas propriedades. Aprovado no Plenário, vai à sanção presidencial.

➔ PLS 338/05, do senador Pedro Simon (PMDB-RS). Considera prática abusiva das empresas o oferecimento, sem solicitação,

de produto, serviço ou disponibilidade de crédito. Aprovado na CMA, vai à Câmara dos Deputados.

➔ PLC 43/06, da Câmara dos Deputados. Cria o Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários, que passa a ser comemorado no dia 26 de outubro. Aprovado no Plenário, vai à sanção presidencial.

➔ PRS 01/04, da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT). Dá o nome de Arquivo Cora Coralina ao Arquivo do Senado Federal. Vai à promulgação.

➔ PLS 98/02 – Complementar, do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). Define regras para criação, incorporação, fusão, desmembramento e instalação de municípios. Convalida os municípios criados, incorporados, fundidos, desmembrados e instalados entre 13 de setembro de 1996 – data da promulgação da Emenda Constitucional 15 – e 31 de dezembro do ano passado. A emenda determina que lei complementar federal deve definir o período para criação de novos municípios. Aprovado no Plenário, vai à Câmara dos Deputados.





## decisões

# Cartórios terão que divulgar quanto cobram

Para evitar a cobrança de certidões gratuitas, projeto manda punir quem desrespeitar a nova lei, até mesmo com a perda do cargo

Os cartórios podem ser obrigados a afixar, em locais de fácil leitura, quadros com os valores de custas e emolumentos e ainda a informação sobre a gratuidade para o fornecimento das certidões para pessoas reconhecidamente pobres. É o que estabelece projeto de lei (PLC 90/06) aprovado pelo Plenário na terça-feira. A

proposta altera a Lei 6.015/73, que dispõe sobre os registros públicos. Agora, só falta a sanção do presidente.

O projeto estabelece também punições para quem desrespeitar a norma. Elas vão desde a repressão e a suspensão do oficial de registro e do notário até a perda dos cargos. A justificativa do projeto destaca que, desde a edição

da Lei 9.534/97, os cartórios de registros públicos estão proibidos de cobrar taxas ou emolumentos pela emissão de registro civil de nascimento e por assento de óbito, entre outros.

Porém, cartórios em vários municípios do país vinham descumprindo a determinação, causando prejuízos à cidadania, especialmente para pessoas carentes.

## agora é lei

### Mais facilidade para emissão de certidões de nascimento e registro de óbito

O registro de nascimento de maiores de 12 anos e menores de 18 anos já pode ser feito pessoalmente no cartório, sem a necessidade de intervenção judicial, exceto se esse oficial suspeitar de falsidade da declaração de nascimento e as provas por ele exigidas não forem suficientes para dissipar a suspeita. O novo procedimento, previsto na Lei 11.790/08, entrou em vigor no dia 3 de outubro.

Para o relator da nova lei no Senado, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), “a medida ameniza a sobrecarga de processos judiciais e simplifica procedimentos em benefício de quem, por algum infortúnio, não tenha requerido, no prazo legal, a emissão da certidão de nascimento”.

O texto altera o artigo 46 da Lei de Registros Públicos (Lei 6.015/73). A mudança permite que o registro de um jovem que tenha mais de 12 e menos de 18 anos seja realizado em um cartório, sem necessidade de intervenção judicial. Para isso, a pessoa terá de comparecer pessoalmente perante o oficial e provar sua identidade.

Para tornar o processo de concessão de certidões mais aberto e menos burocrático, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei 11.789/08, que entrou em vigor no mesmo dia, proibindo que as certidões de nascimento e de óbito tragam expressões que indiquem condição de pobreza ou semelhantes.

Na prática, a nova regra impede que, ao solicitar a isenção do pagamento ao cartório, o interessado receba uma certidão na qual consta a sua situação



Legislação busca tornar efetivo o direito do cidadão de obter seus registros de nascimento e de morte

de pobreza. A pessoa agora poderá obtê-la mesmo sem se declarar pobre. A informação estampada na certidão fazia com que famílias pobres preferissem arcar com o custo do documento para evitar o constrangimento de ter de se declarar pobre.

Para o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), relator da matéria no Senado, a iniciativa acaba com a prática de “submeter aqueles que se valem do direito da gratuidade na obtenção de certidões nos órgãos de registros públicos à vexatória situação de ter consignado na certidão a indicação da sua condição de pobreza”.

## CCJ aprova criação de lista negra nas licitações

Os órgãos da administração pública poderão passar a contar com um cadastro de pessoas físicas e jurídicas suspensas ou declaradas inidôneas para participar de licitações e firmar contratos com o poder público, a chamada “lista negra”. É o que prevê substitutivo do senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) a projeto (PLS 500/07) do senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em decisão terminativa.

Pelo texto, que modifica a Lei das Licitações (Lei 8.666/93), serão inscritas no cadastro empresas ou profissionais que, em razão de contratos com a administração pública, tenham sido condenados por praticarem fraude.

Com base na Lei 8.666, as pessoas ou empresas cujos nomes forem incluídos na lista ficarão proibidas de participar em licitações e impedidas de firmar contratos por até dois anos.

Antonio Carlos Júnior ressal-

tou que o projeto representa o aperfeiçoamento das regras de contratos administrativos.

– Inviabilizando a contratação de pessoas inidôneas, estamos contribuindo para o aumento da eficiência, economicidade e moralidade da administração pública – explicou.

O projeto permite ainda àquele que for incluído no cadastro o acesso às informações e o fornecimento de certidão relativa ao fato que o levou à inclusão na lista.



Alvaro Dias (sentado) é o autor da proposta que busca estimular a piscicultura e o aproveitamento das águas para ampliação da oferta de alimentos

## Donos de represas deverão estimular produção de peixes

O Plenário aprovou na terça-feira projeto (PLS 57/01) do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) que responsabiliza os donos ou concessionários de represas pelo estímulo ao aumento das populações de peixes em suas propriedades. O Senado acolheu as mudanças feitas pela Câmara e a matéria vai agora à sanção presidencial.

A proposta altera o Decreto-Lei 221, de 1967. O texto apresentado pelo senador estipulava que “a produção e distribuição de alevinos” nas represas seria de responsabilidade dos proprietários ou concessionários destas.

O projeto que veio da Câmara determina que é responsabilidade desses proprietários e concessionários “o fomento à aqüicultura” e “o peixamento

do reservatório, com a finalidade de elevar a população da respectiva ictiofauna” (conjunto das espécies de peixes que existem numa determinada região).

O senador Alvaro Dias afirmou que a proposta “procura estimular a piscicultura” e o aproveitamento das represas, “especialmente para a alimentação”.

A proposição já havia sido aprovada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), onde teve como relator o senador César Borges (PR-BA) e relator-substituto o senador Renato Casagrande (PSB-ES); e pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), com a relatoria do senador João Durval (PDT-BA).

## Empresa terá que fornecer protetor solar a trabalhadores

Os empregadores poderão ser obrigados a fornecer protetores, bloqueadores ou filtros solares aos trabalhadores que exerçam atividades ao sol, bem como equipamentos de proteção. É o que estabelece o projeto (PLC 111/05) aprovado pelo Plenário na terça-feira. O Ministério do Trabalho terá de incluir tais produtos na legislação de proteção aos trabalhadores.

O texto também determina que o Sistema Único de Saúde (SUS) distribua gratuitamente protetor solar aos pacientes acometidos de doenças causadas ou agravadas pelo sol, como câncer de pele. Os senadores aprovaram substitutivo do senador Papaléo Paes (PSDB-AP) ao projeto da Câmara. A proposta ainda será submetida a uma votação suplementar e depois voltará para exame dos deputados, pois o projeto original

recebeu alterações.

Os senadores incluíram no texto a determinação de o governo veicular campanha sobre o tema durante as férias escolares – a Campanha Nacional de Prevenção da Exposição Indevida ao Sol.

Os fabricantes de embalagens ou etiquetas de produtos associados à exposição ao sol também terão que introduzir advertências sobre a exposição indevida ao sol. Essa recomendação vale ainda para as campanhas publicitárias dos produtos nos meios de comunicação.

O projeto original previa que o SUS teria de distribuir protetores solares a quem trabalha ao sol, mas Papaléo concluiu que isso seria inviável. Assim, a exigência de fornecimento de protetor será limitada a quem teve ou tem doença causada ou agravada pelo sol.

### 26 DE OUTUBRO SERÁ O DIA NACIONAL DOS METROVIÁRIOS

O Senado aprovou na terça-feira passada a criação do Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários, que será comemorado no dia 26 de outubro. O projeto (PLC 43/06) seguiu para a sanção do presidente da República. A matéria é uma iniciativa do ex-deputado Jamil Murad (PCdoB-SP). O parlamentar explica, na justificativa da matéria, que sua intenção é homenagear os metroviários, que, em 26 de outubro de 1979, tiveram reconhecidas pelo Ministério do Trabalho sua categoria e sua Carta Sindical.

## decisões



Eduardo Azeredo (E) na reunião da Comissão de Relações Exteriores que aprovou acordos, projetos de lei e requerimentos

## Prestação de serviços mais fácil no Mercosul

Dois acordos internacionais que facilitam o trânsito de prestadores de serviços entre os países do Mercosul foram aprovados na quinta-feira pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e seguem para o Plenário. Os acordos – firmados durante a 25ª Reunião de Cúpula do bloco, realizada em dezembro de 2003, em Montevideu – determinam, respectivamente, a criação do Visto Mercosul e do Mecanismo para o Exercício Profissional Temporário.

O primeiro acordo – contido no Projeto de Decreto Legislativo 94/08, relatado pelo senador Romeu Tuma (PTB-SP) – institui regras que facilitam

**Acordos criam o Visto Mercosul e regras para profissionais**

a prestação de serviços dentro do bloco comercial e estabelece preferência para o Mercosul. As exigências que o texto apresenta para os prestadores de serviços do próprio bloco são bem mais flexíveis do que as aplicáveis aos de outros países.

Para os primeiros, observa Tuma, são pedidos apenas documentos como contrato de trabalho válido, passaporte e certificado de bons antecedentes. Os demais prestadores, por sua vez, precisam cumprir outras exigências, como comprovação de renda e visto para o exercício temporário de trabalho emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

O Projeto de Decreto Legislativo 108/08, que aprova o texto

do segundo acordo, foi relatado pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF). Segundo exposição de motivos do Ministério das Relações Exteriores, o texto é um importante passo rumo à mobilidade de pessoas no Mercosul, por disciplinar o estabelecimento de normas para a outorga de licenças temporárias aos prestadores de serviços profissionais dos países que compõem o bloco – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

A outorga de licenças, ainda conforme o acordo, será feita por meio de organismos profissionais responsáveis pelo controle e pela fiscalização do exercício profissional. Esses organismos deverão formar grupos de trabalho para ordenar uma normativa comum para o exercício temporário da prestação de serviços.

### CONSELHO DE DEFESA COMERCIAL

A CRE aprovou parecer favorável ao Projeto de Lei 715/08, do senador Francisco Dornelles (PP-RJ), que institui o Conselho de Defesa Comercial. Segundo o projeto, o conselho terá entre suas atribuições as de estabelecer diretrizes para investigações relativas a práticas desleais de comércio exterior; fixar direitos *antidumping* e compensatórios, provisórios ou definitivos, além de salvaguardas; e decidir sobre a suspensão da exigibilidade dos direitos provisórios. Também foi aprovado parecer favorável ao Projeto de Decreto Legislativo 120/08, que aprova acordo de extradição entre o Brasil e o Líbano.

### IMUNIDADE DE DIPLOMATAS

Foi acatado pela CRE na quinta-feira passada requerimento de informações ao Ministério das Relações Exteriores a respeito das imunidades de diplomatas e de seus familiares, especialmente quanto ao cumprimento das leis de trânsito. O requerimento foi apresentado pelo vice-presidente da comissão, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), dois dias depois de um acidente que envolveu Sebastian González Arias, filho do embaixador do Paraguai. O rapaz de 19 anos foi flagrado alcoolizado e sem carteira de motorista. Por ser filho de embaixador, recebeu apenas advertência verbal de um policial.

## Comissão de Justiça aprova prisão de investigado que mentir em CPI

O projeto que prevê a prisão de depoente convocado por comissão parlamentar de inquérito (CPI) que mentir ou “calar a verdade” teve parecer aprovado na quarta-feira passada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta, apresentada pela Comissão Parlamentar Inquérito Mista dos Correios, segue agora para exame do Plenário do Senado.

De acordo com o projeto (PLS 226/06), poderá ser condenado a até três anos de reclusão o convocado por CPI que fizer “afirmação falsa, ou negar, ou calar a verdade como testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete”. O texto altera ainda o Código Penal (Decreto-Lei 2.848/1940) para também tornar crime tal comportamento por parte de

convocado em inquérito civil e administrativo.

Conforme justificativa do projeto, as decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) assegurando aos depoentes em CPIs o direito ao silêncio e o princípio da presunção de inocência, segundo o qual ninguém é obrigado a produzir prova contra si mesmo, estariam levando “a aclamação jurídica do direito de mentir”.

O relator na CCJ, senador Alvaro Dias (PSDB-PR), disse que o silêncio e a criação de versões falsas têm sido usados como estratégia por muitos dos investigados pelas CPIs para dificultar as investigações. Alvaro foi apoiado por Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), Valter Pereira (PMDB-MS), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e Demostenes Torres (DEM-GO).

# Propriedade de banco por estrangeiro terá novas regras

Proposta aprovada pela CCJ define instituições de capital estrangeiro como as controladas por pessoa física ou jurídica domiciliada no exterior

Projeto que regulamenta a participação de capital estrangeiro nas instituições financeiras do Brasil foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) na última quarta-feira. A proposta (PLS 339/03), do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), regulamenta o artigo 192 da Constituição quanto à participação do capital estrangeiro nas instituições financeiras, de seguros, resseguros, previdência e capitalização. A matéria segue

agora para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O texto, que recebeu parecer do senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), define instituições de capital estrangeiro como as que têm controle efetivo – ou seja, a titularidade da maioria do capital votante e o exercício do poder decisório – por uma pessoa física ou jurídica domiciliada no exterior. O projeto atribui ao Poder Executivo a competência para autorizar o funcionamento dessas instituições no país, observando interesses nacionais e acordos internacionais. E determina que aquelas de capital estrangeiro ficam sujeitas às mesmas normas que disciplinam o Sistema Financeiro Nacional.

Antonio Carlos Júnior também relatou o projeto (PLS 32/06) do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) e do ex-senador Fernando Bezerra (RN) para disciplinar as operações de câmbio e movimentação do capital estrangeiro no país. A matéria, que permitia contas correntes em moeda estrangeira no Brasil, foi rejeitado pelo senador baiano. Para ele, as contas em moeda estrangeira poderiam “impactar a estabilidade do sistema financeiro nacional”.



ACM Júnior relata projeto que atribui ao Executivo a competência de autorizar o funcionamento das instituições no país

## Em debate, projeto que institui Estatuto do Motorista Profissional

A regulamentação do setor de transporte e da atividade de motorista foi defendida em audiência pública promovida pelas comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e de Assuntos Sociais (CAS), na segunda-feira passada. O objetivo era discutir o projeto de lei que institui o Estatuto do Motorista Profissional (PLS 271/08), do senador Paulo Paim (PT-RS), presidente da CDH. Todas as sugestões apresentadas na audiência, disse Paim, serão encaminhadas ao relator da proposta, senador José Nery (PSOL-PA).

O gerente de Transporte Rodoviário de Cargas da Agência Nacional de Transportes Terrestres

(ANTT), Wilbert Ribeiro Junquillo, informou que, desde a década de 1970, o setor de transporte não é regulamentado e, para ele, isso trouxe muitas distorções em relação à execução da atividade. Ele defende a regulamentação da lei que trata do transporte rodoviário de cargas (Lei 11.442/07) como medida para corrigir

essas distorções.

O procurador-chefe da Procuradoria Geral do Trabalho de Mato Grosso, José Pedro dos Reis, disse que a falta de regulamentação do transporte rodoviário torna os fretes muito baratos, o que leva os motoristas a trabalhar mais a fim de obterem compensação financeira.



Paulo Paim (E), autor da proposta, preside audiência com representantes do governo, dos empresários e dos motoristas: regulamentação do transporte rodoviário é urgente

## agenda

# Apoio psicossocial para policiais e bombeiros

Pelo projeto aprovado na CAS, Fundo Nacional de Segurança Pública poderá financiar assistência a quem trabalha sob forte estresse e a suas famílias

O Fundo Nacional de Segurança Pública deve também apoiar programas de assistência psicossocial aos bombeiros militares e policiais, seus dependentes e companheiros. É o que estabelece projeto de Renan Calheiros (PMDB-AL), aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A inclusão dos bombeiros militares no texto decorreu de emenda de Adelmir Santana (DEM-DF), acolhida pelo relator do PLS 97/08, senador Romeu Tuma (PTB-SP). A matéria altera a Lei 10.201/01, que instituiu o fundo, e será agora examinada terminativamente pela Comissão de Justiça (CCJ).

Renan argumenta que é evi-

dente a situação de estresse a que estão submetidos os trabalhadores da segurança pública. O assassinato do diretor do Presídio de Segurança Máxima Bangu 3, tenente-coronel José Roberto do Amaral Lourenço, ocorrido na última quinta-feira, é um exemplo da violência a que estão expostos esses servidores.

## Oitavo assassinato no Complexo Bangu

O diretor foi morto ao ter seu carro atingido por sessenta tiros na Avenida Brasil, no Rio de Janeiro. José Roberto dirigia o presídio há quatro anos. Uma de suas primeiras ordens foi



Renan é autor da proposta, que receberá parecer terminativo da Comissão de Justiça

a de separar as lideranças criminosas dos outros presos. Outros sete funcionários do Complexo de Segurança Máxima de Bangu, já foram mortos desde 2000.

## Comissão de Orçamento ouve diretor do Dnit

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) vai ouvir nesta terça-feira o diretor-geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte (Dnit), Luiz Antônio Pagot, sobre o

relatório apresentado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) – por determinação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) – acerca de obras com indícios de irregularidades graves.

O encontro vai subsidiar a apreciação da Proposta Orçamentária para 2009, bem como sobre apresentação de emendas ao projeto (PL 38/08-CN), destinando recursos ao Dnit.

## homenagem

### Sessão especial para crianças e professores

O Senado realizou sessão especial em homenagem ao Dia do Professor, comemorado em 15 de outubro, e ao Dia da Criança (12 de outubro). O requerimento da sessão foi apresentado por Patrícia Saboya (PDT-CE) e Cristovam Buarque (PDT-DF), com o apoio de outros senadores.

Ao abrir a sessão, Mão Santa (PMDB-PI) convidou estudantes presentes, de escolas do Distrito Federal, a lerem os dez artigos da Declaração dos Direitos da Criança, da Organização das Nações Unidas.

Em seu discurso, Cristovam disse que a escola é a ferramenta de que as crianças precisam para vencer na vida e serem felizes. José Nery disse que o produto interno bruto (PIB) do Brasil cresceu, mas as estatísticas sobre educação não mostram o mesmo

desenvolvimento. Ideli Salvatti (PT-SC) conclamou os prefeitos do país a cumprirem a lei do piso nacional dos professores.

Também discursaram Sérgio Zambiasi (PTB-RS), Leomar

Quintanilha (PMDB-TO), Marisa Serrano (PSDB-MS), Romeu Tuma, Augusto Botelho (PT-RR), Inácio Arruda (PCdoB-CE), Renato Casagrande (PSB-ES) e Eduardo Suplicy (PT-SP).



Cristovam, com alunos do ensino fundamental de Planaltina e Samambaia (DF): "Todas as escolas, de alunos ricos ou pobres, devem ter a mesma qualidade"

### Proteção à infância e adolescência poderá ter agência

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou na quarta-feira passada projeto de Cristovam Buarque que institui a Agência Nacional de Proteção à Criança e ao Adolescente, vinculada à Presidência da República.

Após a aprovação do projeto (PLS 50/05), em decisão terminativa da CDH, Cristovam pediu

que a proposta seja aprovada com rapidez na Câmara.

O texto foi acolhido na CDH na forma do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde a proposta teve como relator Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).

A relatora na CDH, Patrícia Saboya (PDT-CE), ressaltou que ca-

berá à agência controlar e avaliar a execução das medidas voltadas para menores; coordenar e elaborar as propostas orçamentárias das políticas de atendimento; e monitorar e avaliar a respectiva execução orçamentária. A agência ainda poderá executar políticas públicas diretamente ou por meio de convênio.

## plenário

### Marco Maciel quer política de desenvolvimento regional

O senador Marco Maciel (DEM-PE) afirmou em Plenário, na última sexta-feira, que a desigualdade social do Brasil deve-se à centralização do processo de desenvolvimento, especialmente na região Sudeste. Ele pediu a adoção de políticas voltadas para cada região brasileira, que contemplem suas peculiaridades e sejam compatibilizadas em um plano nacional de desenvolvimento homogêneo de todas as regiões.

Marco Maciel sublinhou que, por ser uma Federação, o Brasil deve ter políticas descentralizadas, que garantam o crescimento econômico de todos os estados. E apelou aos senadores para que

tragam o tema à discussão. O parlamentar pernambucano sugeriu a elaboração de projetos de lei complementar para regulamentar o artigo 23 da Constituição, que exige a fixação de normas "para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional".

– Por falta de políticas regionais, vemos o agravamento do quadro social, o que não é nada positivo para o Brasil. Não há outro caminho a não ser pensar em desenvolvimento regional – disse.

### Adelmir Santana pede ação ampla contra a fome no mundo

O senador Adelmir Santana (DEM-DF) lembrou na sexta-feira o Dia Mundial da Alimentação, em 16 de outubro. Ele chamou a fome de afronta à dignidade humana e lamentou que os progressos tecnológicos e agrícolas não tenham melhorado as estatísticas mundiais. Citou a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), segundo a qual um bilhão de pessoas passa fome no mundo.

– Tão vital quanto combater a crise financeira, é aumentar a produção e dinamizar a distribuição de alimentos – disse, elogiando o trabalho do Sesc que distribui ao mês 35 toneladas de alimento a instituições filantrópicas.

### CONTRA A VIOLÊNCIA

A campanha "16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher" começa em 17 de novembro e terá participação do Senado, disse na sexta-feira passada a senadora Serys Shesharenko (PT-MT). Ela lembrou tratar-se de uma campanha mundial, que completa 18 anos de existência.

Serys informou ainda que, em comemoração ao Dia Internacional para o Fim da Violência contra a Mulher, celebrado em 25 de novembro, Senado e Câmara realizarão sessão solene conjunta no dia 27 do mesmo mês, às 10h, no Plenário da Câmara.

### OBRAS

Obras grandes e estruturantes para o Piauí foram solicitadas por Mão Santa (PMDB-PI) ao presidente Lula. O senador lembrou que no próximo dia 19 comemora-se o Dia do Piauí, pois nessa data, em 1822, a Câmara Municipal de Parnaíba proclamou a independência do estado.

– Vimos pedir a realização de obras que garantam riqueza e representem a grandeza do estado, como as ZPEs [zonas de processamento de exportação] e a recuperação da estrada de ferro, e a conclusão de outras tantas, como a do aeroporto internacional – disse.

### Educação requer maior qualidade, diz Marisa Serrano

A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) afirmou que o Dia do Professor, comemorado no último dia 15, foi de festa e de reflexão. Ela defendeu que o país invista mais na qualidade e na universalização do ensino. Para ela, "a educação é fundamental para construir um país mais justo e menos desigual". Sem educação, disse, restam condutas bárbaras e doentias.

A senadora criticou a mídia por não dar destaque à data, que mudou a rotina de 2,6 milhões de professores e 55,9 milhões de alunos.

### COMPRA DE VOTOS

"A lisura e a condução" do processo eleitoral em vários municípios do Acre foram colocadas em dúvida, na sexta-feira passada, pelo senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC). Ele disse que em Capixaba, por exemplo, uma ambulância foi flagrada, às vésperas do pleito, transportando sacolões de alimentos a serem distribuídos à população. O prefeito foi reeleito. Mesquita Júnior disse também que, em Feijó, os fatos "chegaram a revoltar a população". – Existem fortes indícios e provas de que houve manipulação dos resultados – denunciou.

### EMBATES

"O segundo turno é tido por muitos como uma nova eleição, completamente diferente. Uma segunda oportunidade que se dá ao eleitor para uma melhor reflexão, às vezes, para a confirmação de um voto, e às vezes, para a revisão dele", afirmou Heráclito Fortes (DEM-PI). Para o senador, o embate eleitoral é salutar. Heráclito analisou o crescimento das candidaturas a prefeito de Gilberto Kassab, em São Paulo, e de Fernando Gabeira, no Rio de Janeiro, e as considerou como "fenômenos eleitorais".

institucional

# Senado faz demissões para evitar nepotismo

Garibaldi Alves diz que determinou agilização de providências para que a Casa cumpra súmula do Supremo Tribunal Federal

Pouco antes de deixar o Congresso na manhã de sexta-feira, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, informou aos jornalistas que sua única preocupação, no momento, é cumprir a súmula do Supremo Tribunal Federal (STF) que proíbe o nepotismo nos três Poderes da República. O senador explicou que o Senado divulgou na última sexta-feira, via internet, boletim demitindo vários diretores cujas contratações ferem a súmula editada pelo STF. Entre esses, está seu chefe de gabinete, Florian Madruga, que deixará o cargo para que seu sobrinho João Paulo Madruga continue no gabinete da Presidência.

– Eu tratei inicialmente dos casos referentes às vinculações de funcionários com senadores. Mas, há três dias, chamei o diretor-geral e disse que, mediante o levantamento que vinha sendo realizado sobre outros víncu-

los, ele apressasse as providências para que tivéssemos a dispensa de funcionários, em razão da necessidade do cumprimento da lei. Então, o que quero dizer ao contribuinte é que na primeira hora demiti meu sobrinho. Por que eu iria ter alguma relutância em demitir um auxiliar meu, de confiança? Estou procurando ser justo.

Indagado sobre o conflito entre policiais civis em greve e policiais militares de São Paulo, Garibaldi falou dos projetos que unificam as duas forças.

– Existem aqui vários projetos que tentam unificar. É um assunto muito polêmico. Eu creio que seria a hora de se promover até uma discussão, mas que não fosse



JANE ARAÚJO

**Garibaldi também defende discussão sobre projetos que unificam as polícias Civil e Militar**

tão demorada, porque o problema está aí, virou uma ameaça à tranquilidade e à ordem pública.

## Lista indicará servidores subordinados a familiares

Garibaldi Alves afirmou que está aguardando o relatório que o diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, prepara a respeito dos funcionários beneficiários de nepotismo que precisam ser demitidos em obediência ao que exige a súmula do Supremo Tribunal Federal. O levantamento junto à

área administrativa da Casa irá identificar os funcionários que trabalham sob a subordinação de parentes.

O presidente do Senado comunicou ainda que a Advocacia do Senado entregou, na última quarta-feira, consulta ao procurador-geral da República

a respeito da interpretação da súmula. Segundo Garibaldi, o procurador-geral comprometeu-se a apreciar as dúvidas levantadas e oferecer um parecer. A principal questão diz respeito a casos de parentes que foram nomeados antes de o parlamentar ter tomado posse.



MARCIA KALUJNE

Uma cerimônia para celebrar os 36 anos da Secretaria Especial de Informática do Senado (Prodasen) e homenagear os 20 anos da Constituição reuniu, na última terça-feira, o chefe de gabinete da Presidência, Florian Madruga (E), o 1º secretário do Senado, Efraim Morais (DEM-PB), o diretor-geral da Casa, Agaciel Maia, e o diretor do Prodasen, Evaldo Carneiro.

presidência

O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, participou na quinta-feira da posse do novo presidente do Conselho Nacional de Procuradores Gerais (CNPAG), Leonardo Bandarra. Em seu discurso, Bandarra posicionou-se contrariamente a qualquer tentativa de convocação de uma nova Assembléia Nacional Constituinte, como a imprensa chegou a noticiar. Ele defendeu a utilização dos “instrumentos revisionais já predispostos”

para realizar reformas, seja a política ou a econômica. Garibaldi manifestou pensamento semelhante.

– Não há necessidade de uma nova Assembléia Constituinte. Esta Constituição tem grandes acertos no campo institucional e ainda no econômico e social. Agora, precisa ser atualizada e renovada. Eu sou pelo aperfeiçoamento da Constituição que está aí, e que agora comemoramos os 20 anos de sua promulgação – avaliou.

**REI DA JORDÂNIA** – Garibaldi Alves Filho receberá nesta quinta-feira o Rei Abdullah II, da Jordânia. O encontro, às 14h40, no Salão Nobre do Senado, integra uma extensa agenda da visita do rei ao país. Ele viaja acompanhado de empresários, que se reunirão com o setor privado brasileiro. O objetivo, segundo o ministro das Relações Exteriores da Jordânia, Salaheddine Al-Bashir, que esteve no Brasil em julho, é incentivar o comércio entre as duas nações.

## Lançamento de *Jango em 3 atos* tem participação da CDH

A TV Senado e o Instituto João Goulart lançaram na quarta-feira o documentário *Jango em 3 atos*. Antes, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) promoveu audiência pública sobre o assunto. O filme foi exibido a convidados no Auditório Antonio Carlos Magalhães, do Interlegis.

O presidente da CDH, senador Paulo Paim (PT-RS), explicou que o objetivo foi promover as questões humanistas defendidas pelo ex-presidente da República João Goulart, como os direitos trabalhistas e a educação.

Também participaram do debate o diretor do documentário, Deraldo Goulart; a diretora da TV Senado, Virgínia Galvez; e o presidente do Instituto João Goulart, João Vicente Goulart – filho de Jango.

Também participaram do debate o diretor do documentário, Deraldo Goulart; a diretora da TV Senado, Virgínia Galvez; e o presidente do Instituto João Goulart, João Vicente Goulart – filho de Jango.

### ARQUIVO CORA CORALINA

Os senadores aprovaram na última terça-feira o projeto de resolução (PRS 1/04) que dá o nome de Arquivo Cora Coralina ao Arquivo do Senado Federal, que abriga a memória dos 180 anos de história da instituição. A proposta vai a promulgação. A autora do projeto, Serys Shlessarenko (PT-MT), afirma que a escritora goiana Cora Coralina, nascida em 1889 na Cidade de Goiás, “é uma espécie de ícone da mulher que luta e vence”. A senadora ressalta que a escritora lançou seu primeiro livro, *Poemas dos becos de Goiás e estórias mais*, aos 75 anos, ganhando a partir daí notoriedade no país. O último livro publicado pela poetisa, aos 93 anos de idade, foi *Vintém de cobre*. Cora Coralina faleceu em 1985, aos 96 anos.

### ACESSIBILIDADE

O Senado aprovou na última quinta-feira o requerimento do presidente da Casa, Garibaldi Alves, para a sessão especial de abertura da 4ª Semana de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência. A sessão ocorrerá em 2 de dezembro de 2008. A programação de eventos para o restante da semana ainda será definida.

Há quatro anos, o Senado promove uma semana de atividades especiais – com audiências públicas, palestras, mostra de filmes e *shows* – para discutir e divulgar os direitos dos portadores de deficiência. Já prestigiarom o evento o grupo Os Paralamas do Sucesso – cujo vocalista, Herbert Viana, é cadeirante –, e o músico Marcelo Yuka, também cadeirante.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Garibaldi Alves Filho  
**1º Vice-Presidente:** Tião Viana  
**2º Vice-Presidente:** Alvaro Dias  
**1º Secretário:** Efraim Morais  
**2º Secretário:** Gerson Camata  
**3º Secretário:** César Borges  
**4º Secretário:** Magno Malta

**Suplentes de Secretário:** Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretária-Geral da Mesa:** Cláudia Lyra

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Helival Rios  
**Direção de Jornalismo:** Maria da Conceição Lima Alves

### AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro  
**Chefia de reportagem:** Denise Costa e Moisés Oliveira  
**Edição:** Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

EDIÇÃO SEMANAL



Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Davi Emerich  
**Editor-chefe:** Flávio Faria  
**Edição:** Djalba Lima, Eduardo Leão, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos, Thâmara Brasil e Valter Gonçalves Júnior  
**Reportagem:** Cíntia Sasse, Janaina Araújo, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes e Sylvio Guedes.  
**Diagramação:** Bruno Bazílio, Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéias D. de Moraes  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino  
**Arte:** Cirilo Quartim e Oscar  
**Arquivo fotográfico:** Elida Costa  
**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
 Tel.: 61 3311-3333 e 0800 61 2211 - Fax: 61 3311-3137  
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

# programação

## Como lidar com países vizinhos nos conflitos

Relação do Brasil com países sul-americanos é tema do programa *Conexão Senado*, que vai questionar se governo é pouco enérgico diante de conflitos

O presidente do Equador, Rafael Correa, entrou em conflito com diversas empresas brasileiras que têm negócios em seu país. Alegando irregularidades, decidiu expulsar do Equador a construtora Odebrecht e a estatal de energia Furnas. Rafael Correa ameaça fazer o mesmo com a Petrobras e, além disso, acena com a possibilidade de não pa-

gar um empréstimo milionário concedido pelo BNDES. Após tentar o diálogo, sem sucesso, o presidente Lula interrompeu a colaboração bilateral.

Problemas semelhantes já ocorreram na Bolívia e podem acontecer no Paraguai. O governo brasileiro tem sido pouco enérgico diante dessas divergências? Presidentes que jogam para a platéia têm feito o Brasil

de bode expiatório? Qual deve ser a atitude das autoridades brasileiras em relação à integração latino-americana?

A entrevista especial desta segunda-feira do *Conexão Senado* debaterá as questões com senadores e especialistas.

Senado FM e Ondas Curtas  
Segunda-feira, às 12h  
Internet: segunda-feira



Diante da atitude do presidente do Equador, Rafael Correa, Lula interrompeu colaboração com aquele país

## Programa *Inclusão*, da TV Senado, entra na mente dos superdotados

Apenas 0,03% dos superdotados são identificados no Brasil. Segundo censo realizado pelo MEC, existem apenas 2.769 alunos superdotados num universo de 56 milhões de matrículas no ensino básico. As crianças e os jovens com altas habilidades têm pouca visibilidade na escola, na família e na sociedade.

O programa *Inclusão*, da TV Senado, vai mostrar como funciona o trabalho realizado pelo

Núcleo de Atividades de Altas Habilidades e Superdotação.

A dedicação do professor, a identificação da criança com altas habilidades e a diferença entre gênio e superdotado são destaques do programa *Inclusão* de outubro.

Estréia dia 25, sábado, às 11h30 e às 22h30  
Reprise dia 26, domingo, às 9h e às 17h

## Pergunte ao Doutor revela riscos de cirrose e câncer nas hepatites B e C

Consideradas como algumas das piores doenças crônicas infecciosas no mundo, segundo a Organização Mundial da Saúde, as hepatites B e C preocupam, já que podem levar à cirrose e ao câncer de fígado.

No Brasil, há cerca de 2 milhões de portadores crônicos da hepatite B e 1,5 milhão de infectados pela hepatite C, quase 8 vezes o número de portadores do vírus da Aids.

Um dos riscos das hepatites

B e C é que as pessoas contaminadas geralmente são diagnosticadas quando o fígado já está comprometido.

Como continuação do último programa *Pergunte ao Doutor*, em que foi abordada a hepatite A, a médica Sônia Gerales, infectologista da Secretaria de Saúde do DF, fala esta semana sobre as hepatites B e C.

Senado FM  
Quarta, dia 22, às 8h30  
Internet: quarta-feira

## Rubens Barbosa fala sobre nova ordem mundial

O presidente do Conselho Superior de Comércio Exterior da Fiesp, embaixador Rubens Barbosa, é o entrevistado do *Senado Economia*. Ele comenta a crise financeira internacional, fala de seus reflexos no mundo e analisa a possibilidade de se criar uma nova ordem

mundial.

Ex-embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Rubens Barbosa também vai falar sobre as eleições americanas.

Senado FM  
Segunda-feira, às 08h30  
Internet: desde sexta, dia 17



### SÁBADO

1h - Cidadania Debate  
2h - Leituras  
2h30 - Diplomacia  
3h30 - Cidadania Entrevista  
4h - Alô Senado  
4h15 - Ecosenado  
4h30 - De coração  
5h - Conversa de Música  
6h - Cidadania Debate  
7h - Alô Senado (reprise)  
7h15 - Ecosenado (reprise)  
7h30 - Cidadania Entrevista  
8h - De coração (reprise)  
8h30 - TV Brasil Internacional  
Hecho a Mano  
9h30 - Leituras  
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?  
11h - Parlamento Brasil  
11h30 - Diplomacia

12h30 - Cidadania Entrevista  
13h - Alô Senado  
13h15 - Ecosenado (reprise)  
13h30 - Cidadania Debate  
14h30 - Conversa de Música  
15h30 - Mesa Brasileira  
16h30 - Especial - Cartas ao País dos sonhos  
17h40 - Cidadania Entrevista  
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)  
19h - Cidadania Debate  
19h45 - Alô Senado  
20h - Leituras  
20h30 - Ecosenado (reprise)  
21h - Parlamento Brasil  
21h30 - Especial (reprise)  
22h40 - Diplomacia  
23h30 - De coração (reprise)  
24h - Espaço Cultural

### DOMINGO

1h - Cidadania Debate  
2h - Alô Senado  
2h15 - Ecosenado (reprise)  
2h30 - Diplomacia -  
3h30 - Cidadania Entrevista -  
4h - Leituras  
4h30 - De coração (reprise)  
5h - Conversa de Música  
6h - Cidadania Debate  
7h - TV Brasil Internacional (reprise)  
7h30 - Cidadania Entrevista  
8h - Leituras  
8h30 - De coração (reprise)  
9h - Diplomacia  
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)  
11h - Alô Senado  
11h15 - Ecosenado (reprise)  
11h30 - Especial

12h30 - Cidadania Entrevista  
13h - Parlamento Brasil  
13h30 - Cidadania Debate  
14h30 - Espaço Cultural (reprise)  
16h - Mesa Brasileira (reprise)  
17h - Diplomacia  
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)  
19h - Cidadania Debate  
19h45 - Conversa de Música  
20h30 - Leituras  
21h - Mesa Brasileira (reprise)  
22h - Especial (reprise)  
23h10 - Parlamento Brasil  
23h40 - De coração (reprise)  
24h10 - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)

### SÁBADO

6h - Matinas  
7h - Música e informação  
9h - Prosa e Verso  
9h30 - Música e informação  
10h - Reportagem Especial  
10h30 - Música e informação  
12h - Senado Resumo  
12h30 - Música e informação  
14h - Cine Musical  
14h15 - Música e informação  
15h - Autores e Livros  
15h20 - Música e informação  
18h - Improviso Jazz  
19h - Música e informação  
20h - Escala Brasileira  
21h - Música e informação

22h - Cine Musical  
22h15 - Música e informação  
**DOMINGO**  
6h - Matinas  
7h - Música e informação  
8h - Brasil Regional  
9h - Autores e Livros (reprise)  
9h20 - Música e informação  
10h - Cine Musical  
10h15 - Música e informação  
16h - Prosa e Verso (reprise)  
16h30 - Música e Informação  
17h - Reportagem Especial  
17h30 - Música e informação  
20h - Jazz & Tal  
21h - Música e informação

De segunda a sexta-feira, a programação da Rádio Senado e da TV Senado dedica-se prioritariamente à transmissão ao vivo das sessões realizadas no Plenário e nas comissões. Não havendo sessão, as emissoras transmitem reuniões de comissões que não puderam ser transmitidas

ao vivo, programas jornalísticos sobre as atividades dos senadores, reportagens especiais sobre temas em discussão na Casa e reprises de sessões. No caso da Rádio Senado, a programação inclui também seleções musicais.

### Como sintonizar

TV A CABO: NET, TVA e Vídeo Cabo  
TV POR ASSINATURA: Sky (canal 118), Directv (217) e Tecsats (17)

UHF: João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (canais 36 e 51), Salvador (53), Recife

(55) e Manaus (57).  
ANTENA PARABÓLICA  
Sistema analógico: Satélite - B1  
Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal  
Frequência - 4.130 MHz  
Sistema digital: Satélite - B1

Transponder - 1 Banda Estendida, Polarização: Vertical  
Frequência - 3.644,4 MHz  
Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz  
Antena - 3,6 m  
PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110  
Receptor de Vídeo/Áudio

Digital NTSC MPEG-2 DVB  
Symbol Rate - 3,2143Ms/s  
FEC - 3/4

### Como sintonizar

FM  
Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas  
ONDAS CURTAS  
Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG  
INTERNET

No endereço [www.senado.gov.br/radio](http://www.senado.gov.br/radio), por meio do Real Player ou Windows Media Player  
ANTENA PARABÓLICA  
Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

## voz do leitor

## Idosos

É elevadíssimo o número de idosos à espera de decisão judicial sobre pleitos que estão há anos em todas as instâncias do Judiciário, sem observância no que se refere à agilidade para aqueles que muito contribuíram para o desenvolvimento do país. Solicito aos parlamentares condições que ajudem a amenizar a ansiedade dos que aguardam uma solução para melhorar o seu dia-a-dia.

**Júlio Chaves Rego, de Vitória (ES)**

## Transposição

Mesmo leigo, acredito na competência e responsabilidade da iniciativa privada e do setor público na avaliação e aprovação técnica da transposição do rio São Francisco. Com o aumento da irrigação haverá mais alimento e menos fome. As famílias serão fixadas no campo, evitando a "favelização", o risco do tráfico, a prostituição, o sufocamento do SUS. Haverá melhoria do poder aquisitivo, diminuindo a desagregação das famílias, com o êxodo rural.

**José Rocha Saraiva, de Baturité (CE)**

## Células-tronco

Temos que aplaudir e nos orgulhar dos nobres ministros do STF pela decisão histórica de aprovar a utilização das células-tronco embrionárias, alterando não só o rumo da ciência, mas todo o curso da história da Humanidade, e com isso revestindo de novas perspectivas a salvação dos seres humanos que buscam a continuidade da vida.

**Juliana Funck, de Bragança Paulista (SP)**

## Gastos com propaganda

Sugiro que seja votada uma lei que proíba propaganda divulgando obra pública. Muitas vezes os políticos usam grande parte dos recursos na mídia para se promover, quando a realização de obras é parte da obrigação deles.

**Givanildo Lima de Farias, de Capim (PB)**

## Voto facultativo

É inadmissível e inaceitável em um país como o nosso a população ser obrigada a votar. Onde está a democracia? E o que dizer do cidadão, convocado para trabalhar nas eleições como mesário, sem remuneração, e se não comparecer é multado? Isso é uma vergonha e uma falta de respeito com o cidadão. Infelizmente estamos sendo alvo da incoerência e vítima da prepotência desse sistema vampiro.

**Wanderley Fraga Viana, de Itabuna (BA)**

## Saneamento

Gostaria de pedir aos senadores do Maranhão para aprovarem emendas que visem liberar recursos para a construção de poços, adutoras, estação de tratamentos de água, serviço autônomo de água e esgoto, a fim de melhorar o abastecimento de água nos municípios do estado. É uma vergonha saber que o Maranhão tem o pior saneamento básico do Brasil, mesmo estando localizado na maior bacia hidrográfica do país: a bacia amazônica, além de contar com os rios Parnaíba, Mearim, Pindaré, Itapecuru, entre outros.

**João Francisco Pereira da Silva, de São João dos Patos (MA)**

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail ([jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)) ou telefone (0800 61-2211).

## frases



O posicionamento de Henrique Meirelles [presidente do Banco Central] é absolutamente realista, equilibrado e de alguém que entende que a crise é séria e, naturalmente, vai ter desdobramentos no Brasil

**Delcídio Amaral**, relator-geral do Orçamento 2009, justificando possíveis cortes em custeio e investimentos.



Provocação, agressão, tentativa de desmoralização do governo. Às vésperas do segundo turno querem mudar o resultado da eleição. Não aceitamos esse confronto, essa precária oposição

**Sérgio Guerra**, ao acusar de eleitoreira a manifestação de policiais civis em São Paulo que gerou confronto com a polícia militar.

Nós não podemos admitir esse procedimento, que os economistas estão chamando de 'empoçamento do dinheiro'. Diminuir o compulsório sem resolver o problema da liquidez e da falta de crédito não interessa ao Brasil. É uma atitude antinacionalista

**Ideli Salvatti**, reforçando a ameaça do presidente Lula de fazer o Banco Central retomar os recursos dos depósitos compulsórios liberados por causa da crise.

No tempo em que eu freqüentava a escola, o professor era respeitado. Não sei como chegamos a esse nível de desrespeito. Não entendo como um aluno pode apontar o dedo no rosto de um professor, pode esfaqueá-lo, esbofeteá-lo, humilhá-lo

**Paulo Paim**, na comemoração do Dia do Professor.

Pagamos os juros mais altos durante toda a fase de bonança, quando havia dinheiro farto. Por que agora temos que continuar pagando não apenas juros mais altos, e também sofrer aumentos de preços na carne e no pão?

**Antônio Carlos Valadares**, criticando a equipe econômica do governo.

Temo que a educação pague por um erro que é dos bancos. Se o governo fizesse isso, seria um tiro no pé

**Cristovam Buarque**, apoiando a preocupação da senadora Marisa Serrano com a possibilidade de o governo cortar recursos da educação para enfrentar a crise.



## pergunte ao senador

"Seria possível acabar com o Ministério do Meio Ambiente? Hoje há muita contradição: somos estimulados a plantar árvores, mas depois não podemos cortá-las porque o Ibama exige autorização"

**Ivan Cláudio Nunes, de Dionísio (MG)**

## Política do Ministério do Meio Ambiente é questionada

O senador **Gilberto Goellner (DEM-MT)** responde:

Eu vejo uma importância muito grande no Ministério do Meio Ambiente (MMA), mas as diretrizes atuais precisam ser mudadas. É necessário, por exemplo, que o Ibama, que hoje é um órgão regulador e fiscalizador, também funcione como uma unidade educativa e de orientação, buscando parceria com o setor produtivo. Em outros países, já ocorre a terceirização dos serviços regionais. Aqui grande parte dos funcionários trabalha nas capitais e são acionados para tarefas

que muitas vezes não conhecem com profundidade. Na Espanha existem mais de 3 mil pessoas cadastradas que atuam em grupos municipais. Se ocorre uma queimada, esses grupos terceirizados sabem o que fazer. Se é necessário um auto de infração, os grupos também estão preparados para isso. As pessoas que vivem em determinada região, sejam elas produtores, ambientalistas ou simples cidadãos, conhecem de perto os problemas daquela área e poderão ajudar a solucioná-los. O produtor rural não pode mais ser visto como um inimigo como ocorre hoje. Ele está disposto a

trabalhar junto com o Ministério do Meio Ambiente. É preciso, também, rediscutir a legislação, que tem distorções. Não tem sentido, por exemplo, exigir a recuperação da reserva legal dentro de um estado onde quase não há áreas disponíveis. Por que então não aprovar a recomposição da reserva legal em outros estados, em áreas de preservação que já existem? Então, Ivan, não se deve questionar o fato do MMA existir ou não, mas sim lutar por mudanças na política adotada hoje.



LEOPOLDO SILVA

# Alívio das dores: acupuntura ganha respeito e se populariza

Um dos ramos da medicina tradicional chinesa, a acupuntura só foi reconhecida no Brasil como especialidade médica em 1995 pelo Conselho Federal de Medicina (CFM), apesar de uma associação de acupunturistas existir no país desde 1958. A prática é exercida por inúmeros profissionais, que popularizam o alívio das dores e a solução de problemas de saúde, com bom resultado em cerca de 70% dos casos. Conheça mais nesta edição do Cidadania.



Paciente recebe agulhadas em sessão de acupuntura: técnica é recomendada pelo Ministério da Saúde, que já autorizou o SUS a adotar o procedimento

## Organização Mundial de Saúde incentiva a prática

A acupuntura pode ser entendida, segundo a Sociedade Médica Brasileira de Acupuntura, como um conjunto de procedimentos terapêuticos que introduzem estímulos em áreas anatomicamente definidas. São os pontos de acupuntura. Massagens, ventosas e raios laser, além das agulhas, podem ser utilizados para estimular os diversos pontos distribuídos pelo corpo. Com os sinais enviados através dos pontos de acupuntura, ocorre o estímulo do sistema nervoso central, liberando neurotransmissores e hormônios que aliviam a dor, dão impulso ao sistema imunológico e regulam funções corporais.

Considerada um procedimento invasivo, a acupuntura exige conhecimentos de anatomia topográfica, fisiologia e, sobretudo, clínica médica. É essencial observar

as regras básicas de esterilização de agulhas para evitar o risco de transmissão de doenças. Agulhas descartáveis aumentam ainda mais a segurança para médicos e pacientes, prevenindo a transmissão de doenças como a hepatite e a Aids. Para evitar também o mascaramento de sinais e sintomas, é preciso haver o correto diagnóstico da doença e o tratamento adequado acupunturista.

A acupuntura tem boa resposta em cerca de 70% a 80% dos casos. Possíveis falhas no tratamento e reações adversas a ele estão relacionadas a despreparo profissional, a problemas constitucionais do paciente, como deficiência genética de receptores de endorfina nas membranas das células

nervosas, e ao uso de medicamentos, como corticóides. A técnica é indicada ao tratamento de doenças reumatológicas ou ortopédicas, respiratórias e alérgicas, neurológicas, psiquiátricas ou psicológicas,

dermatológicas, otorrinolaringológicas e dos aparelhos gênito-urinário e digestivo.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) sugere aos países que adotem as práticas alternativas em saúde, dentre elas a acupuntura, e considera a técnica eficaz no tratamento de cerca de 40 doenças. Em 2006, o Ministério da Saúde autorizou a adoção de terapias alternativas, como acupuntura, fitoterapia e homeopatia, no Sistema Único de Saúde (SUS).

**Acupuntura é considerada eficaz para tratar cerca de 40 doenças**

## Agulha tem diâmetro de um fio de cabelo e causa pouca dor

O tratamento com a acupuntura começa com uma consulta em que é estabelecido um diagnóstico clínico, envolvendo os conhecimentos da medicina contemporânea e da medicina tradicional chinesa, e são pedidos exames complementares necessários. Quando o profissional tem todas as dados de que precisa, seleciona os pontos de acupuntura, podendo orientar ou associar o tratamento a outros métodos, de acordo com o diagnóstico.

Durante as sessões, é feita a limpeza da pele com um produto antisséptico e as agulhas são inseridas e deixadas nos

locais, sendo retiradas após um tempo que pode variar de 20 a 30 minutos. As sessões posteriores podem ser iguais ou ter os pontos modificados, conforme a evolução de cada caso. Geralmente, são realizadas uma vez por semana, mas há casos que exigem sessões diárias.

A sensação de dor na acupuntura é causada pelo uso de agulhas, mas ela apresenta pequena intensidade, é rápida e às vezes até imperceptível. Após a inserção das agulhas, que têm um diâmetro de um fio de cabelo, pode ocorrer uma sensação discreta de choque elétrico, o que é resultado da ativação de termina-

ções nervosas responsáveis pela condução do estímulo da acupuntura.

Pode ocorrer discreto sangramento se pequenos vasos sanguíneos forem atingidos, mas é facilmente estancado, com uma simples compressão. Sangramentos e hematomas ocasionais não devem trazer preocupações quando o tratamento é realizado por um médico experiente, já que geralmente são superficiais.

O princípio da acupuntura é um só, mesmo que apresente variações: craniopuntura, aurículo-acupuntura, moxabustão, eletroacupuntura, laserterapia e ventosas.

## Congresso discute regulamentação da profissão

Entidades como a Sociedade Médica Brasileira de Acupuntura (SMBA), a Associação Médica Brasileira (AMB) e a Associação Médica Brasileira de Acupuntura (Amba) defendem o exercício da técnica restrito a médicos. Já a Associação Brasileira de Acupuntura (ABA) – fundada em 1972, em substituição à Sociedade Brasileira de Acupuntura e Medicina Oriental – é favorável a atuação de profissionais da área de saúde com formação adequada para o exercício da acupuntura. Os conselhos federais de biomedicina, medicina, fisioterapia, enfermagem, farmácia, fonoaudiologia, psicologia e educação física já incorporaram a acupuntura em seus procedimentos profissionais.

A polêmica sobre o exercício da acupuntura alcançou o Congresso, onde tramitam propostas para regulamentar a técnica. É o caso do projeto de lei do Senado (PLS) 480/03, de Fátima Cleide (PT-RO), que regulamenta o exercício profissional da acupuntura e autoriza a criação de um conselho federal. A proposta considera habilitados para o exercício profissional os diplomados em acupuntura em estabelecimentos de ensino superior oficiais, ou reconhecidos em curso similar no exterior, na área de saúde, com certificado de especialização na técnica. Além dos que concluíram o ensino médio e exercem efetivamente a prática. O PLS aguarda parecer do senador Flávio Arns (PT-PR) na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Na Câmara dos Deputados, o projeto de lei (PL) 2.626/03, do deputado Chico Alencar (PSOL-RJ), e o PL 1.549/03, do deputado Celso Russomanno (PP-SP), estabelecem como critérios para concessão da habilitação em acupuntura cursos de nível superior ou médio, admitindo os praticantes que comprovarem o exercício da atividade até a promulgação da lei. Já o projeto 2.284/03, do deputado Nelson Marquzelli (PTB-SP), admite a habilitação apenas para os que possuem nível superior ou técnico. Dos três, o PL 2.626/03 foi o único a receber parecer favorável da relatora, deputada Aline Corrêa (PP-SP), na Comissão de Seguridade Social e Família. A proposta será ainda analisada por mais duas comissões da Câmara antes de ser enviada ao Senado.

### Saiba mais

**Sociedade Médica Brasileira de Acupuntura (SMBA)**  
Rua Itaí, 798 – Santa Efigênia  
Belo Horizonte (MG) – CEP: 30260-290  
(31) 3283-2708  
[www.smba.org.br](http://www.smba.org.br)

**Associação Médica Brasileira de Acupuntura (Amba)**  
Rua Estela, 515, bloco C, 15º andar, cjs. 151 e 152 – Vila Mariana  
São Paulo (SP)  
(11) 5572-1666 e 5575-7613  
[www.amba.org.br](http://www.amba.org.br)

**Associação Brasileira de Acupuntura (ABA)**  
Rua Guarará, 242 – Jardim Paulista  
São Paulo (SP) – CEP: 01425-000  
(11) 3885-0524 e 3887-0009  
[www.abapuntura.org.br](http://www.abapuntura.org.br)